

# convergência

MAR — 1992 — ANO XXVII — Nº 250



- **CONJUNTURA POLÍTICA E SAÚDE**

Pe. Christian de Paul de Barchifontaine, MI — pág. 79

- **EDUCAÇÃO NO BRASIL. ÁREAS PRIORITÁRIAS DE MUTAÇÃO CULTURAL**

— Marcello de C. Azevedo, SJ — pág. 106

## CONVERGÊNCIA

Revista da  
Conferência  
dos Religiosos  
do Brasil: CRB



**Diretor-Responsável:**  
Pe. Edênio Valle, SVD

**Redator-Responsável:**  
Padre Marcos de Lima, SDB  
(Reg. 12.679/78)

**Equipe de Programação:**  
Pe. Atico Fassini, MS  
Ir. Delir Brunelli, CF  
Ir. Lina Boff, SMR  
Fr. Luiz Fernando Peixoto, OFM  
Pe. Spencer Custódio Filho, SJ

**Direção, Redação, Administração:**  
Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º / Cinelândia / Tel.: (021) 240-7299 / 20031 RIO DE JANEIRO - RJ.

### Assinaturas para 1992

Brasil, taxa única:	
terrestre ou aérea.....	Cr\$ 15.000,00
Exterior: marítima .....	US\$ 45,00
aérea.....	US\$ 60,00
Número avulso.....	Cr\$ 1.500,00

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

**Composição:** Linolivro S/C Ltda., Rua Dr. Odilon Benévolo, 189 — Benfica — 20911 Rio de Janeiro, RJ.

**Fotocomposição:** Estúdio VM — Composições Gráficas, Ltda., Rua Escobar, 75, s. 202 — São Cristóvão — 20940 Rio de Janeiro, RJ.

**Impressão:** Oficinas Gráficas da Editora Vozes Ltda., Rua Frei Luís, 100 — Centro — 25685 Petrópolis, RJ.

### Nossa Capa

Detalhe do mural de Claudio Pastro '500 Anos de Evangelização do Brasil', em Vila Kostka, Itaici, SP. Eis como o descreve o Pe. J. Ramón de la Cigoña em seu livro 'Arte em Itaici', à página 10: "Século XVII. Ressalta a figura do Padre Antonio Vieira, grande orador jesuíta (1608-1697). Vieira tenta rejeitar, com a mão direita, os navios holandeses que se aproximam da costa de Salvador. Diante do Santíssimo exposto (e por mais de 15 dias!), fez belíssimos sermões entre eles aquele contra os holandeses (1640): 'Como a causa, Senhor, é mais vossa do que nossa'". Pe. Antônio Vieira nasceu em Lisboa e morreu em Salvador, BA. Teve uma larga e tumultuada experiência de vida: intensa atividade diplomática em Haia (Holanda) e Rouen (Fran-

ça). Vítima de intrigas políticas, é condenado pela Inquisição e encarcerado por dois anos em Lisboa. Brilhante em missão em Roma. Orador de fama em toda a Europa. Partidário eventual do sebastianismo, exerceu forte influência junto à corte de Dom João IV. Seus Sermões (15 volumes) são um monumento de Literatura Barroca e de Ciência Política. Catequista, apela para Deus. Político nacionalista, investe contra os hereges do Príncipe Maurício de Nassau. Missionário, se consagra à conversão do gentio e à luta contra a escravização do índio aldeado e instruído nos rudimentos da fé. Percorreu 600 léguas de florestas. Construiu 16 igrejas. Conseguia se expressar em sete línguas nativas, o que facilitou seu trabalho catequético. No espírito da Cruzada e da Conquista espiritual, onde o colonizador é missionário e o missionário é colonizador, a Catequese, por vezes, fica resumida assim: fazer do índio bravo um índio manso; do gentio, um cristão; do nômade, um sedentário, usando como estratégia, a violência. Na Catequese, na Evangelização, importante não é só o que já aconteceu, mas o que cada um pode ainda fazer acontecer para inculturar a fé, ou seja: discernir os valores autênticos da cultura, conhecer suas raízes, assumir o que é compatível, purificá-la, redimi-la. Lendo *Convergência*, mensalmente, em 1992, Você descobrirá esta perspectiva com relação à Vida Religiosa (Pe. Marcos de Lima, SDB).

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do D.P.F. sob o n.º 1.714-P.209/73.

## SUMÁRIO

EDITORIAL.....	65
INFORME DA CRB .....	67
CONJUNTURA POLÍTICA E SAÚDE Pe. Christian de Paul de Barchifontaine, MI.....	79
SAÚDE COMUNITÁRIA NO NOSSO CONTEXTO. ENFOQUE ÉTICO-TEOLÓGICO Fr. Luiz Augusto de Mattos, OSA.....	83
EDUCAÇÃO NO BRASIL. ÁREAS PRIORITÁRIAS DE MUTAÇÃO CULTURAL Marcello de C. Azevedo, SJ.....	106
ECOLOGIA: PERSPECTIVA ÉTICA Frei Antônio Moser, OFM.....	112

# EDITORIAL

## VIDA RELIGIOSA: SAÚDE E EDUCAÇÃO

Se existe um campo institucional bem característico da atuação que a Vida Religiosa do Brasil teve no último século, este é, sem dúvida o da saúde e educação. O imaginário popular brasileiro associa até hoje a figura da religiosa à da "irmã de caridade", junto aos leitos dos doentes, nos hospitais, ou da educadora nos colégios e nos orfanatos. O mesmo vale para as Congregações masculinas que em grande número se dedicam às escolas. Foi, assim, nestas duas áreas que se estendeu, preferencialmente, a rede de obras religiosas que tornou a Vida Religiosa, profundamente identificada com a Igreja Católica, enquanto tal, uma influente parceira e colaboradora supletiva do Estado.

Tal situação durou, quase intacta, até os anos 60. Com as grandes mudanças sociais e eclesiais que se seguiram o panorama sofreu fortes alterações qualitativas e quantitativas. Mas, ao que tudo indica, até hoje, é nestes dois campos que são feitos os maiores investimentos, seja em pessoal, seja em recursos financeiros. É grande o grupo de religiosos(as) que aí trabalham. Como grupo, estes religiosos(as) sentiram fortemente o impacto das transformações. O abalo se fez sentir não só nas

pessoas. Afetou as próprias instituições católicas que se construíram nestas áreas, ao menos desde a proclamação da República. Nasceram daí importantes questionamentos e tensões. A situação nova e inesperada exigiu respostas igualmente novas e criativas. Aos poucos, apesar de certos problemas estruturais de natureza sócio-política, parece que começam a se abrir algumas perspectivas mais alviçareiras. Do ponto de vista político alguns aspectos começam a se definir melhor. Psicologicamente, a crise foi-nos educando a olhar com mais objetividade para a situação concreta — lastimável! — da saúde e da educação brasileira e, em seu bojo, da educação e da saúde católicas. A CNBB, através de seu documento "Educação: exigências cristãs" assumiu posições mais claras. Se ainda não encontramos caminhos precisos para a definição de qual seja nosso papel futuro nestes campos, ao menos nos sentimos mais motivados e alentados. Reanimam-se em nós, principalmente, a mística e o carisma. Tarefa própria da CRB é a de manter acesa esta espiritualidade, ajudando a discernir melhor o que Deus pede de nós nesta conjuntura ambígua e difícil de todo o campo social no Brasil.

2. Neste número de "CONVERGÊNCIA" especialistas da área de saúde (Pe. Christian de Barchifontaine, Camiliano e Frei Luis Augusto de Mattos, OSA, moralista) analisam e esclarecem o atual contexto da saúde entre nós. Fr. Luis Augusto sublinha os aspectos ético-teológicos da questão, buscando ajudar a Vida Religiosa a elaborar critérios de discernimento de uma situação na qual, infelizmente, a imoralidade e injustiça são gritantes. Os artigos que seguem são da pena de dois queridos colaboradores de nossa revista. Pe. Marcello C. Azevedo, SJ, com sua reconhecida capacidade de antropólogo e humanista, faz um balan-

ço sério da conjuntura educacional do Brasil, abordando a situação na perspectiva da radical mutação cultural que nossa sociedade atravessa hoje. O último artigo é do moralista Fr. Antônio Moser, OFM. O tema tratado — a ecologia — torna-se cada vez mais central nas discussões em curso. Fr. Moser, do ponto de vista ético-teológico no qual é especialista, traça-nos as grandes linhas da momentosa questão. Seu ângulo de análise é o de seus trabalhos anteriores, isto é, o da libertação.

**Pe. Edenio Valle, SVD**  
Presidente Nacional da CRB

---

### **Verdade — Perdão — Reconciliação**

Bíblia — "A verdade vos libertará", Jo 8, 32.

Leitor — Afirmação que mede a estatura moral do cristão. VERDADE, transparência: a qualidade pela qual as coisas aparecem como são. A fé se coloca sempre ao lado da verdade. Nunca se apóia sobre a MENTIRA, ou seja, a tentação de aparecer como não é e convencer, ou sobre o subterfúgio, isto é, substituir realidades por esperanças de precária duração. A verdade identifica, individualiza e condena a injustiça e a violência, frutos da mentira. Revela o dinamismo de pecado que as anima por dentro. Exorciza qualquer doutrina pseudo-social que justifica seu uso. Repele também a aparência consentânea. Sugere atitudes de magnanimidade para uma resposta diferente. À verdade o cristão acrescenta o perdão e a reconciliação. O coração enriquece a estrita percepção racional da mente. De CRISTO emerge a força do amor, do perdão, da ressurreição. Cristo nunca odeia. Ama sempre. Perdoa e reconstrói. Com Cristo a verdade liberta e habilita para vencer o mal com o bem (Pe. Marcos de Lima, SDB).

# I N F O R M E

## CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

---

---

---

---

### DOIS SEMINÁRIOS SOBRE JUSTIÇA E SOLIDARIEDADE

Em novembro de 1991 deram-se dois Seminários de relevância no campo da pastoral social da Igreja:

#### 1. SEMINÁRIO DO JUSSOL

Começamos pelo Seminário da CRB (1º Encontro Nacional de Justiça e Solidariedade), evidentemente, menor e mais modesto que o outro (organizado pela CNBB e, oxalá, destinado a ser um marco na retomada da ação social de nossa Igreja). O Encontro da CRB deu-se entre os dias 11 e 15 de novembro, em Goiânia. Dezesesseis Congregações compareceram ao evento, perfazendo um total de 34 participantes. São Congregações que já têm um trabalho mais organizado nesta área. O JUSSOL (Grupo de Reflexão sobre Justiça e Solidariedade, da CRB) foi o coordenador do encontro. Os religiosos (11), as religiosas (22) e o leigo presente (1), como assessor, o Prof. Gilberto Carvalho, sindicalista, representavam todas as regiões geo-econômicas do país e traziam uma rica experiência de trabalho direto nas seguintes áreas específicas: pastoral da terra, pastoral operária, sindicalismo, movimentos populares, ecologia, indígenas, negros, mulheres, Direitos

Humanos, partidos, CEBs e organismos de Igreja.

Foram 3 momentos da análise feita ao longo dos 4 dias de reflexão. Partiu-se, de uma análise de conjuntura tanto do país quanto da Igreja, desde a perspectiva que interessava do Seminário. Em um segundo instante houve uma troca de experiências concretas de trabalho, sendo selecionadas para aprofundamento conjunto as que pareciam ser mais significativas. Na fase final, durante um dia, buscou-se explicitar e fundamentar a espiritualidade que se está vivendo na pastoral social. Os participantes levantaram também sugestões bem concretas a respeito das pistas a serem seguidas pelo JUSSOL em seu trabalho de animar, promover e coordenar a presença dos Religiosos(as) neste árduo e urgente campo de justiça social e da defesa da vida. O 1º Encontro dos Religiosos sentiu um forte reflexo do acontecido na **Semana Social Brasileira**, uma semana antes. Percebeu-se claramente a identidade de objetivos e de propostas existentes entre os 2 Seminários.

A Igreja local de Goiânia, através de suas CEBs e pastorais, acolheu com generosidade os Religiosos(as) presentes no 1º Encontro. Na noite do dia 12 de novembro, Dom Antonio Ribeiro de Oliveira, Arcebispo de Goiânia, presidiu

pessoalmente um caloroso debate entre representantes dos movimentos locais e os Religiosos e Religiosas, reunidos em torno de um painel, cujo tema foi: "Igreja e Sociedade a caminho do ano 2000".

## **2. A SEMANA SOCIAL BRASILEIRA (da CNBB)**

Convocadas pela CNBB, reuniram-se em Brasília, de 3 a 8 de novembro, 217 pessoas de todos os Estados do Brasil representavam movimentos populares, organizações sindicais e empresariais, partidos políticos, pastorais sociais, assessorias, centros de estudos e de pesquisa. Analisaram a realidade brasileira a partir do mundo do trabalho, à luz do ensino social da Igreja, buscando em conjunto pistas que apontem para a construção de uma sociedade onde se reconheça o valor dos trabalhadores e a primazia do trabalho sobre o capital como caminho para a solução da crise em que o país se encontra.

A reflexão feita em conjunto, e que agora os participantes pretendem prosseguir e levar para as pessoas com quem convivem em seus ambientes, ajudou a identificar situações importantes do mundo do trabalho, e pistas concretas de ação, dentre as quais destacam-se as seguintes:

A internacionalização da economia e a introdução de novas tecnologias estão sendo apresentadas como a solução para o Brasil. Pergunta-se: qual o efeito dessas novas tecnologias num país marcado por profundas desigualdades e pela exclusão das maiorias?

A terceira revolução industrial caracterizada sobretudo pela informatização

da produção e das comunicações — tem valorizado alguns trabalhadores, permitindo sua participação nas decisões da empresa, mas tem aumentado o fosso entre nações ricas e pobres e descarta do mercado de trabalho a maioria do povo. Ao mesmo tempo que cria uma nova cultura, causa um novo analfabetismo nos que não têm acesso a ela.

As novas tecnologias podem ser úteis se forem democratizadas; se aumentarem a capacitação técnica do trabalhador; se a educação formal e informal possibilitar seu uso amplo; se o trabalhador tiver acesso à cultura e a colocá-las a serviço do conjunto da nação.

Este debate só está começando. E é urgente. Porque teme-se que esta nova onda de marginalização condene à morte grandes camadas da população.

No Brasil, 50% da população vive no mercado informal em situações de terrível precariedade. Manifesta-se aí a perversidade do sistema que não lhes dá acesso às mínimas oportunidades de progresso. Ao mesmo tempo, vê-se nessas multidões uma notável criatividade na luta pela sobrevivência, recriando formas alternativas de vida.

Discute-se se o conjunto da sociedade não teria muito que aprender dessas novas formas de organização, de solidariedade, de luta por cidadania e novos modelos de sociedade.

Reconhecemos que o movimento sindical, os partidos, as igrejas estão pouco presentes nessa realidade. É preciso que os militantes e os agentes de pastoral convivam mais com os pobres, estudem sua situação, valorizem sua cultura e suas formas alternativas de

organização. Precisamos de profunda autocrítica, precisamos reavaliar nossas organizações para que nelas encontrem espaço os excluídos.

A CNBB deve assumir mais profeticamente a denúncia do projeto neoliberal que causa a morte de milhões. Junto com outras organizações, a CNBB e as igrejas devem lutar por políticas sociais, pela reforma agrária e urbana e por uma política agrícola que garantam a vida dos pobres e a viabilidade da nação.

Nesta semana, foram escutados trabalhadores e empresários, economistas de várias escolas, políticos, filósofos e teólogos.

Foram constatadas profundas divergências acerca de um projeto para toda a nação. A ideologia neoliberal e o mercantilismo recolocam como valores absolutos o mercado, a livre competição, a busca da modernidade produtiva. Os neoliberais não têm preocupações sociais. Os trabalhadores fortaleceram, na década de 80, organizações que, porém, agora se sentem enfraquecidas diante da nova situação e não conseguem motivar a população para um projeto global.

Apareceu como urgente a elaboração de propostas alternativas de sociedade, a recriação de práticas e até de uma nova cultura de democracia, solidariedade e exercício de poder.

É preciso que as igrejas se mobilizem pelo valor da vida, dos direitos dos trabalhadores, dos desempregados, dos sem-terra, tomando iniciativas solidárias que reanimem a esperança dos fracos.

O refluxo da economia está gerando um **apartheid** social que coloca em perigo a nacionalidade, porque se está perdendo o sentido de povo e nação. O problema não é só econômico. É político e ético.

É preciso redefinir a modernidade. Além da liberdade individual ela deve incluir democracia social e solução das necessidades básicas da nação: educação, saúde, alimentação, moradia, saneamento. O choque ético deve contemplar o uso correto dos recursos para suprir os problemas básicos. É impossível constituir o Estado de Direito numa sociedade de miseráveis.

Diante da degradação do sistema político-econômico que gera marginalidade, corporativismo e acirramento das lutas internas aos movimentos, é preciso valorizar os esforços de uma nova ética que emerge dos movimentos sociais; recriar lideranças capazes de entender as aspirações da base e canalizar as energias populares em função de projetos fundamentais; valorizar mais as soluções que podem ser encontradas nos municípios e regiões.

A reflexão cristã sobre a realidade social deve ter como pano de fundo a constatação de que a liberdade entre desiguais leva a tirania.

A "Rerum Novarum", elaborada em contexto europeu, enfatizou a propriedade privada como princípio de solução para a ordem social. O Concílio Vaticano II e a "Laborem Exercens" inverteram as posições, colocando o trabalho como "a chave da questão social".

A prática do episcopado brasileiro priorizou os trabalhadores, apoiando suas reivindicações sociais e criando

espaços para eles dentro da Igreja. O Documento sobre Igreja e problemas da terra, 1980, reconheceu as diversas formas de propriedade e uso da terra de índios e camponeses (terra de trabalho) e condenou a terra de negócio (especulação).

O ensino social da Igreja não deve ser considerado como conjunto fechado dogmático, mas como um conjunto de princípios a serem recriados na e pela ação.

É preciso estar sempre pronto a alargar os horizontes e descobrir a nova ética que hoje emerge dos movimentos sociais e religiosos. Além disso, incentive-se uma teologia do trabalho que recolha a experiência de Deus dos trabalhadores e aprofunde sua vivência espiritual.

Ao encerrar esta Semana Social, o setor de Pastoral Social da CNBB manifesta a convicção de que o projeto de uma sociedade justa e fraterna para o Brasil precisa ser pensado e elaborado por todos. A grande riqueza do Brasil está no povo brasileiro, em sua fé e nos seus valores humanos. Por isto, convoca a todos para a busca em conjunto desse projeto. A Semana Social mostrou a validade de se criar espaços de reflexão e de diálogo. Isto renova a esperança da que é possível encontrar soluções para os problemas do povo, e o Brasil será a pátria que temos o direito de sonhar.

## **CARTA DO SEMINÁRIO SOBRE A MULHER CONSAGRADA ÀS RELIGIOSAS DO BRASIL**

Queridas Irmãs Companheiras:

Nós, 48 religiosas de diversas Congregações, de 16 Regionais da CRB, reunidas no 1º Seminário Nacional sobre "A mulher consagrada, a libertação da mulher e a Nova Evangelização no Brasil", gostaríamos de partilhar com vocês, algumas aspirações, descobertas e conquistas.

Tudo aconteceu em mutirão. A partir da constatação da dura realidade em que vivemos, o Senhor nos permitiu sonhar sonhos bonitos:

— que somos sinal de ternura e compaixão do Deus Mãe e Pai no meio do nosso povo violentado por tantas formas de morte;

— que haverá participação igualitária na Igreja onde, no momento é mais esperança que realidade;

— que da busca de novas relações homem-mulher, nascerá o verdadeiro rosto da humanidade, sinal do Reino de filhas e filhos do Deus Mãe e Pai;

— que nós, como mulheres consagradas, unidas às mulheres empobrecidas e marginalizadas, tomaremos consciência de nosso ser como geradoras de vida, plenas de fecundidade;

— que nas comunidades religiosas, haverá um espírito novo de mulheres geradoras e doadoras de vida;

— que viveremos plenamente nossa afetividade, resgatando o valor da sexualidade, louvando o Criador do nosso corpo de mulher.

Todos estes sonhos já são sementes de realidade:

— nossa presença como mulheres geradoras de vida e justiça no meio das (dos) empobrecidas(os) já é realidade e

vai crescer e se intensificar com o apoio e incentivo das Congregações;

— a tomada de consciência de que temos força criativa, nos tem possibilitado conquistar espaços na instituição eclesial e na sociedade;

— a criação de uma nova linguagem teológica-bíblica-antropológica, já está se tornando popular, sinal de que começamos a interiorizá-las num processo de mudança irreversível.

Portanto, em mutirão, vamos assumir a nossa missão de gestar o novo da vida.

Que nós mulheres consagradas nos deixemos apaixonar pela causa do Reino, acreditando que somos chamadas a um novo profetismo "apocalíptico" que vislumbra que o caminho hoje é caminhar com as minorias empobrecidas fazendo renascer a esperança numa nova relação homem-mulher.

Acreditando umas nas outras como mulheres consagradas, construiremos este mundo novo!

Goiânia, Novembro de 1991.

## **I SEMINÁRIO NACIONAL DE INSTITUIÇÕES DE SAÚDE**

Nos dias 07 a 12 de outubro de 1991, realizou-se o I Seminário Nacional de Instituições de Saúde em Garibaldi (RS), promovido pela CRB (através do Grupo de Reflexão da Saúde — GRS). Reuniram-se 100 religiosos(as) de todo o Brasil para refletir a caminhada dos(as) religiosos(as) nas Instituições de saúde; analisar as práticas e a compreensão da política da saúde; aprofundar a mística que sustenta as(os) religiosas(os)

no seu compromisso na área da saúde; celebrar as conquistas, dificuldades e desafios, e programar linhas gerais de atuação.

A nossa sociedade vive numa macroestrutura onde a tônica é a modernidade. Caracteriza-se pela razão técnico-científica que possibilitou as sucessivas revoluções industriais a partir do século XIX. Surge o capitalismo que privilegiou a concentração das riquezas comandada pela lei do lucro. Esse processo gerou a sociedade de classe onde a minoria detém em suas mãos o ter, o saber e o poder. Capital e trabalho se tornaram antagônicos. Nós, religiosas(os) que trabalhamos em instituições de saúde, sentimos na pele esse antagonismo, porque lidamos com instituições ou trabalhamos nelas: a quem estamos servindo? Ao povo ou ao capital? Qual deus veneramos? O Deus de Jesus Cristo ou o deus-dinheiro, mercado?

Como de praxe, o nosso método de trabalho foi VER — JULGAR — AGIR.

### **1. VER**

Num primeiro tempo, o Pe. Roque Grazziotin, sociólogo, nos ajudou a analisar a conjuntura sócio-política e eclesial a partir de um trabalho de grupos, cada grupo recordando os aspectos econômicos, políticos, sociais e ideológico/eclesial da realidade. E chegamos à conclusão que o sistema vigente é concentrador, excludente, dependente e associado.

Num segundo tempo, o Pe. Christian de Paul de Barchifontaine, Camiliano e mestre em Administração da Saúde, analisou a política da saúde dentro da modernidade. A modernidade é um processo histórico de vida. Por isso, apro-

veitando um esquema do Frei Luiz Augusto de Mattos, teólogo, que esquematizou muito bem o cerne da realidade, podemos dizer que: **a modernidade**, que se caracteriza pela razão, autonomia, individualismo, secularização, democracia, liberdade, pluralismo, poder... **cooptada pelo sistema vigente** (capitalismo), **é responsável, a nível político, por uma formação social** que é dinamizada pela lógica do lucro, da produção, da eficiência, do quantitativo, da competitividade, do consumismo, do hedonismo, e aqui no Brasil pela lógica do autoritarismo, da exploração, da injustiça, da concentração... Em seguida o Pe. Christian tentou explicar como as instituições hospitalares submetidas ao deus-mercado, entram na privatização, nos convênios, no lugar de cultivar o Deus vivo na pessoa humana, e tentar entender melhor o que é Sistema Único de Saúde, INSS, municipalização, Conselhos Municipais de Saúde, e as leis que fundamentam os direitos da população a ser atendida.

## 2. JULGAR

O Frei Luiz Augusto de Mattos nos ajudou a refletir o serviço do(a) religioso(a) nas instituições hospitalares, dando um enfoque ético-teológico. Lembrou que toda instituição corre sobre os trilhos do sistema capitalista. Por isso, as instituições de saúde vêm se caracterizando como:

— um centro de interesses ideológicos, políticos, econômicos e sindicais mais que uma instituição curativa;

— um lugar de trabalho para os sãos mais que um lugar de tratamento para enfermos;

— um mundo de tratamento centralizado no médico mais do que no doente;

— uma expressão de técnica e de ciência mais avançada antes que uma realidade humana onde "se encontra tempo" para as pessoas;

— um ambiente baseado sobre relações funcionais mais que pessoais.

Pense nos paternalismos abertos e ocultos, nos tratamentos em que o paciente é visto como um caso interessante ou um número mais que uma pessoa:

— um lugar que desumaniza a morte em vez de ajudar a morrer com dignidade;

— um lugar de Mundo do Trabalho que não escapa do risco da discriminação, da omissão, do clientelismo, etc.

Em seguida, o Frei Luiz apontou desafios à Vida Religiosa nas instituições hospitalares:

a) Serviço pela Humanização: logicamente, o conjunto de relações tem que ser orquestrado por princípios como: direito à vida do ser humano pela promoção de seus direitos inalienáveis; integração humanizadora a partir da dimensão comunitário-solidária, conquista da libertação no trabalho e do trabalho visando um serviço criativo, livre e humanizador; buscar uma ética do prazer, da gratuidade, da celebração e da fantasia para acabar com toda manipulação, massificação, tecnificação, rotinação... Estes princípios capacitam os servidores à capacidade de ouvir, compreender, dizer a verdade, defender o sofredor, não aceitar a ética da morte.

b) Mística da Esperança e Experiência de Salvação.

A vida religiosa na instituição hospitalar está desafiada a cultivar a experiência mística, porque assim a presença de Deus se torna mais intensiva e afetiva, o que possibilitará doar-se com mais generosidade em comunhão com o outro sofredor. E mais, num ambiente de desesperança e isolamento, a mística será e dará força para reanimar corpos, humanizar convivências, redefinir estruturas e trabalhar esperançosa e honestamente.

c) Perspectiva crítico-dialogal-construtiva diante do progresso científico-tecnológico.

O magistério já tem sabiamente reconhecido a importância da ciência e da técnica no serviço e promoção do desenvolvimento integral da pessoa humana. O que falta é: a) superar uma visão da Lei Natural fisicista (= biologicista), fixista, para se ter critérios fundamentais mais condizentes com a evolução do conhecimento sobre o ser humano no que diz, por exemplo, a reprodução; b) exercer um questionamento do projeto da modernidade no que tem de vontade de poder em vista da dominação lucrativa.

Em nome do processo evangelizador nas instituições de saúde, há que descobrir como reposicionar-se diante dos avanços científicos e técnicos. Fugir desta tarefa-missão é perder oportunidade de viabilizar uma compreensão clara, crítica e testemunhal no seio da sociedade moderna.

### **3. AGIR**

#### **Objetivo Geral:**

Viver a Mística do Reino de Deus, a partir da formação global e da integração dentro do processo histórico, para

ser presença evangélica libertadora nas instituições de saúde e sociedade, pela promoção da vida.

#### **Ação:**

##### **1) PESSOAL:**

a) O que? Cultivar a mística (fé e vida), a reflexão, o diálogo e a autoformação através da atualização e formação, participação de eventos, organizações, movimentos, CRB, programações, e o exercício do diálogo e revisão periódica.

b) Onde? Comunidade religiosa, instituições, Conselhos Municipais, meios de comunicação social, província.

c) Quando? Permanentemente.

##### **2) COMUNITÁRIA:**

a) O que? Repassar e partilhar conteúdo. Oferecer aos Conselhos provinciais, subsídios da saúde. Participar de reciclagens, estudos da CRB e congregações. Exercitar o diálogo. Exercitar análise crítica do contexto. Sugestão: liberar Irmãs para integrar "equipes".

b) Onde? Comunidade religiosa; nas equipes de saúde da província, na instituição; na saúde comunitária; na programação da Igreja local e CRB Regional.

c) Quando? Permanente e sistematicamente.

##### **3) REGIONAL:**

a) O que? Animar, mobilizar e integrar os GRSs.

b) Onde? Em cada regional.

c) Quando? Conforme programa do GRS.

#### 4) NACIONAL:

a) O que? Promover o II Seminário Nacional de Instituições de Saúde. b) Onde? A cargo do GRS Nacional.

c) Quando? 1993.

Finalizando, lembraria que no Brasil vivemos um momento de profunda crise, não só econômica e social, mas sobretudo, uma crise moral e ética. Os valores básicos de uma sociedade estão distantes da nossa realidade.

Para reverter esse quadro de descrédito nas instituições públicas, torna-se imperativa a participação da sociedade organizada, exigindo seus direitos, exercendo o controle e a fiscalização das ações e serviços essenciais, como os da saúde. Que possamos "nos expor ao Deus sempre maior, sempre a nos desinstalar e desconcentrar, explodindo nossos conceitos e representações, surpreendendo-nos onde menos esperávamos por Ele, impedindo-nos de identificá-Lo com suas mediações, e fazendo-nos mergulhar na história humana para vivê-la intensamente, pois aí e somente aí podemos encontrá-Lo" (Miranda).

**PE. CHRISTIAN P. DE BARCHIFONTAINE**, membro do GRS Nacional (CRB) e Coordenador Nacional da Pastoral da Saúde (CNBB).

## **7.º SEMINÁRIO NACIONAL DO CRIMPO (Comunidades Religiosas Inseridas nos Meios Populares) da ARGENTINA**

### **O PROFETISMO NA COTIDIANIDADE DA V.R. INSERIDA**

O 7º Seminário Nacional do CRIMPO da Argentina realizou-se em Buenos Aires, na casa de Exercícios Espirituais — Cura Brocheiro, Diocese de Quilmes, de 23 a 27 de setembro de 1991.

Ao abrir o seminário a coordenadora disse que o seminário nacional da Argentina, tornava-se seminário do Cone Sul, pela presença dos países vizinhos: Brasil, Paraguai, Uruguai. A Ir. Gertrudes Moreira e a Ir. Rosa Mareschi representaram o GRI do Brasil e agora querem fazer chegar, às irmãs e aos irmãos religiosos(os) inseridas(os) alguns ecos do que foi este seminário, partilhar algumas experiências.

O seminário contou com a presença de 120 religiosos, 105 mulheres e 15 homens, somando 52 congregações. O tema geral foi: O PROFETISMO NA COTIDIANIDADE DA VIDA RELIGIOSA INSERIDA. O Frei Luís Coscia, ex-presidente da CLAR e Virgínia, de Urunga, leiga engajada no trabalho popular, junto à CONFER-CAR, setor masculino e feminino dos religiosos da Argentina, assessoraram o seminário.

O clima geral foi eminentemente celebrativo e de grande alegria, de busca de compromisso de fidelidade a Cristo, à Vida Religiosa, aos pobres. Em tudo respirava-se uma grande pobreza evangélica.

Nas celebrações, sempre foram usados símbolos que expressavam a realidade L.A. e, em especial modo da Argentina e, convidavam a um compromisso com esta realidade.

As músicas populares e típicas argentinas foram convites constantes para a assembléia cantar e dançar; o que marcou mais foi o canto: lo decimos, lo

cantamos algo lindo está nascendo aqui adajo entre los pobres em el corazon del pueblo. Com sudor y sacrificio, com martírio lucha y sueño, algo nuevo muy antiguo y es com baile, canto e rezo. Junto às músicas e cantos, o tradicional mate argentino acompanha os dias de encontro, dando-lhes uma tonalidade de comunhão familiar, muito típica. Eis os aspectos mais focalizados sobre o profetismo da vida religiosa no cotidiano:

É necessário que as religiosas(os) criem espaços interiores para escutar a realidade do povo, para aprender a caminhar com ele, para escutar as experiências da vida religiosa inserida, para discernir a ação do Espírito e os seus caminhos. As experiências de sensação de morte da realidade que vivemos todos os dias, os sinais de cansaço, de fraqueza, de solidão devem nos tornar homens e mulheres livres, pascais; dentro do mistério de vida e de morte, nos devem fazer descobrir os sinais do espírito no monótono e rotineiro da cotidianidade; a presença do Espírito vai despertar em nós a força física e espiritual para caminhar e aprender o sentido da história. Nesse cotidiano repetitivo e monótono é que germina a vida, que o Espírito age; nesse cotidiano realiza-se a nossa santidade, juntamente a do povo, é desse cotidiano que deve emergir a nossa felicidade, pois nele está o Deus da vida.

A leitura orante da Bíblia ajuda a reviver e a contemplar a memória histórica da V.R. inserida e da vida do povo. Na A.L. a leitura orante da Palavra de Deus é muito forte, é preciso lê-la na ótica de Deus e dos pobres e com veneração porque é leitura salvadora; a leitura orante da palavra leva a uma constante conversão, nos prepara para

viver e anunciar a Boa Nova, como também para escutar a profecia do povo no cotidiano histórico e manter a certeza que Deus existe e está caminhando conosco, nos convidando para audácia profética.

Outro momento lindo e forte do seminário foi o reviver a memória histórica profética dos nossos fundadores e fundadoras, descobrindo o "sonho" original, indo às raízes de suas inspirações proféticas. Este "sonho" foi comparado com o "sonho" das nossas congregações, hoje com o "sonho" de nós religiosas(os) inseridas(os) nos meios populares, com a utopia da nossa cotidianidade.

Maria, Mãe libertadora do povo oprimido, ajudou a descobrir, pelo seu "magnificat", pela sua vida de fé inserida no cotidiano, os sinais positivos do povo pobre e crente; ensinou a fazer uma "leitura" evangélica dos sinais negativos que neste momento vemos e vivemos na sociedade e na Igreja, nos deu a chave para acreditar que Deus está presente quando tudo parece desmoronar e para saber ver o Deus do povo sob múltiplas facetas, sob várias manifestações.

A paciência histórica fundamentada na força e na sabedoria do Senhor foi apresentada como elemento imprescindível, conduta profética para continuarmos a missão de Deus no meio do povo. Deus não tem pressa de realizar o seu plano divino de salvação. Caminhar ao passo do povo é estar atentos ao Espírito.

Foi constatado que o povo está vivendo ainda um forte êxodo, está a caminho para realizar o grande projeto popular L.A.; há pólos de poder po-

pular, como: o povo começa a falar, a se organizar ao redor de seus problemas, começa a descobrir as verdadeiras causas de sua pobreza, assume a sua realidade, resiste, conhece e assume o projeto histórico do Deus libertador, torna-se sujeito de sua história. Começa-se a deslumbrar um projeto popular libertador, projeto em que as religiosas(os) inseridas(os) acreditam e pelo qual estão dispostas(os) a lutar e dar a vida.

O povo é profeta; o que nós queremos viver como profetismo, o povo já o está vivendo, ele se apóia na força e na ternura de Deus e não nos meios humanos, na força do poder. O profeta é limitado, impotente, tem consciência que Deus é tudo, e que tudo lhe vem de Deus. Nós religiosos às vezes somos vítimas do ativismo, comprometidos com um montão de coisas, esquecemos o profetismo da V.R., o projeto do Deus da vida que devemos viver e anunciar que sempre passa pela cruz; nos esquivamos da cruz, não sabemos transformar o mistério de dor em mistério de graça, de vida. Viver o mistério da cruz e da ressurreição com Cristo e o povo é grande graça. O martírio deveria criar uma força irresistível, uma primavera de Deus. O martírio deveria ser a característica do tempo em que vivemos o inverno do 2º milênio dessa grande árvore que nós plantamos, a Igreja.

Como compromisso concreto os participantes comprometeram-se a carregar junto com o povo a cruz da cotidianidade com alegria profética, partilhando até o trabalho, a pobreza, as lutas e as esperanças.

O CRIMPO da Argentina foi algo de novo no Espírito, algo de novo foi vi-

venciado pelos participantes pela coerência com a opção feita, pelo forte sentido de identidade da Vida Religiosa inserida, pela organização participativa e de comunhão do CRIMPO, pela vontade de avançar, apesar das dificuldades e tropeços, pela serenidade diante das barreiras e do pouco apoio da Igreja oficial, pela alegria e o caráter celebrativo e festivo que souberam dar ao seminário e que saboreamos com tanto gosto.

## **LEMBRANÇAS DA VISITA DO PAPA AO BRASIL**

Durante dez dias, o Brasil viveu momentos de intensas emoções: de fé, de reconciliação, de alegria, com a 2ª Visita do Papa João Paulo II que veio encerrar o XII Congresso Eucarístico Nacional no dia 13 de outubro, em Natal, e também visitar mais 10 Capitais, estando com diversos grupos, para os quais teve sempre uma palavra de exortação espiritual e orientação pastoral.

AOS BISPOS — Natal — O Papa reunido com o Episcopado no dia 13/10 referiu-se às Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da CNBB com palavras elogiosas. Segundo ele, os bispos têm demonstrado sensibilidade para dar resposta cristã à permanente fome de pão e justiça do povo brasileiro, mas este propósito será autêntico na medida que for profundamente evangélico. Conhecedor da realidade mundial e do Brasil o Papa é incisivo quando diz: "que a dívida externa de um país não poderá nunca ser paga à custa da fome e da miséria de seu povo". O que o país precisa é recuperar a "moralidade administrativa".

**AOS SACERDOTES** — Natal — Falando a mais de 2.000 padres João Paulo II diz que “é louvável que os sacerdotes tenham um amor de preferência, embora não exclusivo aos mais pobres, a todos os que sofrem como vítimas da injustiça e das violações dos direitos da pessoa humana”, mas que não percam sua identidade sacerdotal e não se desviem de sua missão sagrada.

**REFORMA AGRÁRIA** — São Luís — “A posse da terra torna-se ilegítima quando não é valorizada, quando impede o trabalho dos outros, visando obter um ganho que não é fruto do trabalho, mas da repressão, da exploração e da especulação. Semelhante propriedade não tem qualquer justificação e constitui um abuso diante de Deus e dos homens”. Falar de reforma agrária nada mais é que dar apoio à modernização das relações trabalhistas no campo.

**ÀS AUTORIDADES** — Brasília — no Palácio do Planalto diz o Santo Padre: “o Brasil atravessa, neste momento de sua história, uma fase que todos sabem ser delicada, face aos imensos problemas sociais e econômicos, cuja solução não admite mais dilações. O povo tem voltado seus olhos para as decisões que tomais, na esperança de um porvir mais luminoso e feliz para os seus filhos”.

**AOS SEMINARISTAS** — Brasília — “O seminário deve ser uma escola do Evangelho. Deve dar uma formação integral, que não descuide nenhum aspecto: formação humana, doutrinária, espiritual e pastoral. Ser outro Cristo, como é preciso que seja o sacerdote,

exige humanidade íntegra, caráter firme, virtudes morais sólidas, personalidade madura”.

**AOS JOVENS** — Cuiabá — “As riquezas da fé cristã e sua promessa de frutos ficariam sufocadas se vocês, jovens, fizessem do prazer desordenado e da ambição material um ídolo, ao qual subordinassem a própria vida”.

**AOS INDÍGENAS** — Cuiabá — o Papa reafirma o apoio da Igreja aos direitos e à preservação das respectivas culturas indígenas e à demarcação das suas terras.

**ÀS FAMÍLIAS** — Campo Grande — “A Pastoral Familiar é importante porque a família é objeto de muitas ameaças. Pensai nas campanhas favoráveis ao divórcio, ao uso das práticas anticoncepcionais e ao aborto, que destroem a sociedade”.

**ÀS RELIGIOSAS** — Florianópolis — João Paulo II na celebração da Missa assinou a beatificação de Madre Paulina, fundadora das Irmãs da Imaculada Conceição e em sua homilia disse que “a santidade é a prova mais clara e convincente da vitalidade da Igreja em todos os tempos e em todos os lugares”.

**AOS FAVELADOS** — Vitória — “A Igreja repudia o “capitalismo selvagem” e a corrupção dos poderes públicos, bem como a procura desenfreada do lucro, unida ao desrespeito pelo valor primordial do trabalho e pela dignidade do trabalhador. No rosto dos que sofrem sob o peso das carências espirituais, afetivas e materiais, a Igreja reconhece o rosto do próprio Cristo”.

**TRABALHO E MORADIA** — Maceió — O Papa criticou os proprietários pelo “descumprimento das leis sociais”. Cresce o êxodo rural para as grandes cidades e assim crescem as dificuldades para o trabalhador urbano. E afirmou: “o homem mora para trabalhar, mas também trabalha para morar”.

**AOS MENORES** — Salvador — Cerca de três mil crianças participaram do encontro com o Papa que disse: “É o Papa quem pede e exige em nome de Deus: não pode nem deve haver crianças assassinadas, eliminadas sob o pretexto de prevenção ao crime, mar-

çadas para morrer”. Criticou a existência de “crianças amontoadas em centros de triagem e casas de correção”.

**DESPEDIDA.** Em seu último pronunciamento o Papa disse que retornava a Roma “com o desejo sincero e a esperança viva de que a nação brasileira trilhe sempre pela senda da valorização da dignidade do homem, saiba acolher com generosidade o dom da vida, respeite e preserve a unidade da família, resguarde e defenda os direitos do homem no seu trabalho e convívio social”. □

---

### Noções sem definições

A Igreja não se reduz a uma organização humana. Ela é o Corpo Místico de Cristo. É também sociedade dotada de órgãos hierárquicos. É reunião visível e comunidade espiritual invisível, comunidade de fé. É terrestre e ornada de bens celestes. É uma realidade dinâmica animada pelo Espírito do Ressuscitado, criador perene de novidade. Mas a Igreja é sempre a mesma. A hierarquia compete não apagar o Espírito. Provar tudo. Confirmar o que é bom. A Igreja é, sobretudo, mistério, isto é, a expressão do divino na história. O lugar onde o Reino aparece visivelmente, o seu sacramento. Mas o Reino está para além das fronteiras visíveis da Igreja. A ele, ela se subordina.

Eclesiologia e Igreja não são a mesma coisa. Eclesiologia é a consciência que a Igreja tem de si mesma em uma determinada etapa da história. A Igreja tem sempre a presença plena do Espírito Santo. Já a eclesiologia sempre está sujeita às limitações dos cristãos. Ela se purifica, se adapta e muda através da história. Os questionamentos *maiores* à eclesiologia de cada período são feitos pelos SANTOS. Questionamentos *verdadeiros* são sempre chamadas à conversão: viver mais radical e originalmente as exigências do Evangelho. Questionar a eclesiologia é fidelidade ao Evangelho. É amar a Igreja (Pe. Marcos de Lima, SDB).

# CONJUNTURA POLÍTICA E SAÚDE

*A crise no setor Saúde não será resolvida sem uma ampla negociação entre governo, profissionais e usuários. O confronto não aponta para soluções e só alimenta interesses políticos distantes das reais necessidades do povo.*

**Pe. Christian de Paul de Barchifontaine, MI**  
São Paulo, SP

— A conjuntura política se enquadra num universo maior chamado MODERNIDADE, entendida como um processo de autonomia da razão: ênfase na ciência e tecnologia; economicismo (primazia do econômico: produzir — lucro); matemática (pensamento racional — informática), sensibilidades florescentes (pluralismo, direitos humanos, ecologia e participação).

## **1. Prioridade do econômico sobre o social**

A questão econômica tem sido o eixo da nova configuração do país, elevando-o a altos níveis estatísticos de crescimento econômico, em vários aspectos da modernização (8.<sup>a</sup> potência econômica do mundo).

Contemporaneamente à industrialização, modificou-se a relação entre população rural, ontem predominante, e população urbana, hoje já próxima de 75% do total.

No entanto, é a própria modernização que, entre nós, exclui parcela significativa dessa população, reduzindo-a à marginalidade ou condenando-a ao desemprego estrutural.

## **2. O econômico atropela o político**

É sabido que a tradição do país é autoritária e elitista. O povo sempre ficou à margem do processo político, decidido normalmente por “caciques” e “coronéis”. O clientelismo ainda é uma realidade corrente. Mas a modernização também penetrou meandros da organização do poder. Na última década, o regime democrático voltou a tornar-se um ideal na busca de maior participação do povo no destino do país. Começou a haver uma tensão entre o regime comandado pelas elites e a sede de participação popular, que chegou a marcar os quadros das associações de classe e a expressar-se em novos partidos políticos. A

Constituição de 1988 teve o mérito de criar as condições jurídicas para valorizar o povo como sujeito de novas conquistas sociais, de novos direitos individuais e coletivos.

Volta-se a presenciar sinais de autoritarismo que pareciam sepultados pela história. Resolver os problemas da inflação só é promissor para o país se, ao mesmo tempo, outras decisões políticas apontarem para a superação da dívida social para com o povo.

O desejo de alcançar as alturas do primeiro mundo não deve tolher os passos necessários para resolver os problemas do povo.

### 3. O povo fica mais pobre

O empobrecimento do povo não é algo casual, mas fato de omissões e decisões políticas e econômicas. As estatísticas da década de 80 comprovam:

Segundo o Banco Mundial, enquanto a renda média no mundo é de 4.000 dólares, o Brasil tem renda média de 2.000 dólares.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Ministério da Economia, de 1980 a 1988, o contingente de brasileiros absolutamente pobres, isto é, com rendimento inferior a um quarto do salário mínimo, aumentou de 29,4 para 44,8 milhões.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) — 1989 — realizada pelo IBGE, os 10% mais ricos da população brasileira detinham 53,2% da renda

contra 0,6% para os 10% mais pobres.

Enquanto 51,8% dos nordestinos ganham até 1 salário mínimo, no Sudeste, 21,8% estão abaixo do mesmo teto.

— E é nesta realidade que tentamos falar de SAÚDE.

### Instrumentos

*Constituição da República Federativa do Brasil — 1988 (números 193 a 204).*

Art. 193: A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.

Art. 194: A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinados a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Art. 195: Esse artigo cria o Instituto Nacional da Seguridade Social que é o órgão arrecadador para financiar a saúde, a previdência e a assistência social.

O INSS é financiado sobretudo pelos seguintes recolhimentos:

- parte dos orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios
- Empregados: 8,5%
- Empregador: 10 a 20%
- Contribuição sobre receitas de Concursos de prognósticos.

Art. 196: A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econô-

micas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

*Lei Orgânica da Saúde — Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990.*

Esta lei regulamenta os 5 artigos (196 a 200) da seção II da Saúde, do título VIII da Ordem Social da Constituição Federal que cria o Sistema Único de Saúde (SUS).

Esta lei foi promulgada com 24 vetos do Presidente Collor. Com os vetos, a Lei Orgânica da Saúde não foi de todo esvaziada, mas quase. Faltando o respaldo financeiro garantido, os principais executores do sistema de Saúde, os municípios, recebem só as obrigações, ficando o auxílio financeiro condicionado às disponibilidades e a boa vontade de cada momento do governo federal. Eximindo-se de rever a participação do PIB dos serviços de saúde, o governo revela na prática que não acredita na universalização do atendimento à saúde.

*Lei n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990.*

Graças à pressão dos líderes da oposição, a Presidência da República sancionou no dia 28 de dezembro de 1990 a Lei 8.142, dispondo sobre a participação da Comunidade organizada na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS); as transferências de recursos financeiros nas diferentes esferas governamentais, que segundo o texto da nova legislação “serão repassados de forma regular e automática para os Municípios, Estados e Distrito Federal”.

A nova lei cria a Conferência de Saúde e o Conselho de Saúde como instâncias colegiadas do SUS em cada esfera de governo e determina que o Conselho, “em caráter permanente e deliberativo” deverá ser formado por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários do sistema, devendo atuar” na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros.

### **Pontos de reflexão**

1 — A Constituição, a Lei Orgânica da Saúde e a Lei 8.142/90 trouxeram, sem dúvidas avanços importantes. Mas é necessário compreender a existência destas leis como instrumentos para que os cidadãos exerçam sua cidadania, transformando a Saúde num bem comum valorizado e não numa mercadoria de quinta categoria, como tem sido tratado no Brasil. É no Município que o cidadão está sentindo suas necessidades sendo, portanto, nesta esfera de poder que as decisões importantes sobre o funcionamento dos serviços de saúde devem estar sendo tomadas, levando em conta a realidade local.

2 — A simultaneidade da implantação dos sistemas locais de saúde com o sucateamento e a falência das estruturas existentes é um processo ideológico definido, que pretende decretar o fracasso do pensamento daqueles que defendem o dever do Estado prover atenção integral e universalizada à saúde do cidadão. O objetivo é abrir caminho para a

medicina privada e, principalmente, para a lógica de mercado na saúde.

3 — As modificações já realizadas pelo governo na estrutura do Ministério da Saúde não apontam no sentido da descentralização e unificação de comando, previstos na Lei que criou o SUS. Com a incorporação do INAMPS ao Ministério da Saúde, o governo manteve intacta a estrutura anterior, criando apenas novas siglas.

4 — O financiamento da Saúde pública dependerá de prioridade para o setor — já que o combate à maioria das endemias pode ser feito a baixo custo — da capacitação técnica das prefeituras, da fiscalização popular sobre os gastos públicos e, ainda, da introdução de um novo conceito: o de custo social do desenvolvimento. Até hoje, o custo social do desenvolvimento tem sido pago pela própria população. Se as indústrias degradam o ambiente, elas é que devem despoluí-lo com parte do lucro e não os governos. Não é justo que a população, além de sofrer os efeitos das doenças, tenha que, através de seus impostos, custear a eliminação das endemias, enquanto as empresas responsáveis pelas construções ou indústrias tiveram lucros.

5 — O conjunto de mudanças recentes no setor não são suficientes para alterar a saúde da população, “se os movimentos populares e sociais não lutarem para transformar os níveis de vida do povo que moram mal, come pouco, não dispõe de saneamento nem transporte adequado, não encontra trabalho e, quando tem emprego, recebe baixos salários”. De fato, a elevação dos níveis de Saúde da população brasileira não passa apenas pela qualidade da legislação específica do setor, mas, principalmente, pela melhoria da nossa qualidade de vida, que, em razão da política econômica adotada pelo governo, piora cada vez mais.

6 — A crise no setor SAÚDE não será resolvida sem uma ampla negociação entre governo, profissionais e usuários. O confronto não aponta para soluções e só alimenta interesses políticos distantes das reais necessidades da população.

7 — Como agentes de Pastoral da Saúde, precisamos nos atualizar, participar e pressionar a todos os níveis políticos para que as instituições existentes funcionem no sentido de proporcionar saúde e vida para toda a população e não somente a uma pequena minoria. □

---

A *tradição* que se fechasse ao presente e fosse ao encontro do futuro com a cabeça virada para trás seria uma *traição*. Para viver o presente e preparar o futuro cada geração deve re-escrever a sua história, o seu passado. Revivê-lo e traduzi-lo no contexto presente de tempo e espaço. (Pe. Marcos de Lima, SDB).

# SAÚDE COMUNITÁRIA NO NOSSO CONTEXTO ENFOQUE ÉTICO-TEOLÓGICO

*Viabilizar uma práxis na área da saúde implica conceituá-la, o que é, geralmente, complexo e ambíguo.*

**Frei Luiz Augusto de Mattos, OSA**

Bragança Paulista, SP

## Introdução

Diante da nossa situação social de injustiça estrutural idolátrica, responsável pela deterioração da vida e negação dos direitos aos meios de vida, os Agentes no campo da saúde e seus aliados estão desafiados a promoverem a verdadeira saúde (= salvação), a partir da *resistência* às causas que geram destruição da vida justa, boa e feliz.

Nesse sentido, necessita-se aprofundar a importância da saúde comunitária que surge das organizações alternativas e/ou populares. São práticas que, partindo da defesa e promoção dos marginalizados, reprimidos, contribuem para a transformação de toda a sociedade que exclui a vida, vida do Povo.

Desde a visão ético-Teológica deve-se superar certas compreensões do ser humano, da saúde (Integral), da estruturação da sociedade capitalista, da moderna medicina ocidental, das iniciativas populares, etc. Caso contrário, será difícil ajudar ou

compreender com profundidade a fermentação revolucionária-evangélica que acontece através da saúde comunitária no seio do povo empobrecido. Outra tarefa premente é pensar sobre o que realizar, em nome da Saúde Integral, no trabalho com a saúde comunitária. Ou seja: que fazer na nossa realidade para combater ideologias, poderes, instituições, idolatrias que estão apequenando e imolando a vida nascida e ameaçando a vida por nascer. Maneira de compreender que sem os direitos humanos e sociais garantidos (Saúde, educação, transporte, segurança, moradia, lazer, terra, salário e trabalho justos, alimentação, liberdade etc.) para a grande maioria, a saúde integral-coletiva será impossível. Não se pode falar de Saúde sem defender vida plena; e vida plena sem *justiça recreativa* a partir dos pobres é sempre falsa, ilusória.

Esta interpretação dos direitos humanos e sociais (ou do direito à vida e aos meios de vida) "parece uma parcialização da questão univer-

sal. Na verdade não é. É a única forma, dentro de uma sociedade desigual, de colocar concretamente a universalidade dos direitos humanos. A justiça é somente universal para todos se começar por ser justiça dos últimos; o direito é direito de todos somente quando começar a ser respeitado a partir dos condenados da terra; a vida é garantida a todos, unicamente quando se inicia sua promoção e defesa a partir dos forçados a morrer antes do tempo” (1).

Partindo da orientação de querer compreender e alicerçar a práxis

## I. ENTRAVES PARA A CONQUISTA DA SAÚDE INTEGRAL-COLETIVA

### 1. Práxis defasada: a compreensão limitada do ser humano e da realidade

Geralmente a atividade no campo da saúde está fundamentada em pressupostos de compreensão, sobre a capacidade e contexto social, que dificultam a própria ação. A modernidade desde a marcante ênfase na *racionalização* é responsável por certos direcionamentos nas práticas. Por quê?

Uma herança preocupante é o *dualismo cartesiano*. Dualismo que condiciona nas atividades a dicotomia corpo-psíque, onde se presume que *todo tipo de doença e suas causas* estejam “localizados exclusivamente no corpo” (2). A pessoa na sua totalidade não tem importância, daí a não preocupação na divisão entre o aspecto físico e os aspectos da psíque (p.e., espírito, pensamento, sentimentos).

da saúde comunitária, iremos desenvolver a reflexão através do seguinte esquema: num primeiro momento, abordaremos os *entraves* que dificultam implementar a promoção da vida do povo; num segundo momento, trataremos de pensar sobre os *elementos* que deverão fundamentar toda práxis, para em seguida refletir sobre *formas* de como concretizar a luta em prol da saúde comunitária. Por fim, procuraremos abordar, sem muita pretensão, algumas *questões emergentes* e desafiantes para o trabalho sério e responsável na saúde comunitária.

Este dualismo tem como uma primeira consequência o “*reducionismo físico*”. Pressuposto que compreende o apequenamento da saúde integral (pessoal e coletiva) originária de funções desordenadas o *corpo físico* (p. e., funções neurofisiológicas). Por isso, exclui-se as dimensões espirituais, psicológicas, sociais... como responsáveis também pela estrutura da corporeidade. E mais. A saúde só é realidade desde o nível do *indivíduo*. O que torna impossível pensar num corpo social ou da influência da realidade sobre cada pessoa. Individualização empobrecedora das práticas preventivas, comunitárias. Trabalho na área da saúde implica cuidar do corpo individual, e no seu aspecto físico. O risco é absolutizar esta prática!

Esta mentalidade cobra o pressuposto chamado de “*doutrina da etiologia específica*” (“crença de que cada doença é distinta, causada por

um agente específico, potencialmente identificável”) (3). Daí um serviço na área da saúde que tem como preocupação a identificação dos “agentes específicos” (vírus, germes, etc.) e a demonstração de sua vinculação com “doenças específicas”. Os equívocos de uma prática alicerçada nesse pressuposto podem ser pelo menos estes: (a) o não funcionamento de uma “compreensão total das causas das doenças”, (b) busca de uma “receita mágica” medicinal para cada doença”, (c) dependência desenfreada dos medicamentos. Não se nega a importância p.e. da vacina contra a pólio, mas se questiona a limitação das práticas em cima das “*intervenções farmacêuticas*” — não priorizando uma atividade que lute pela saúde pública, pela transformação da realidade sócio-político-cultural do povo (4).

Outro pressuposto que está implícito em algumas práticas é o da “metáfora da máquina” (5). Mentalidade que interpreta a enfermidade (ou doenças) como consequência de “mau funcionamento de algum mecanismo” da máquina (= corpo) — p.e., uma “pane” dos pulmões. Mais uma vez seccionada, instrumentaliza a corporeidade. O estudioso Ivan Illich tem dito que a “medicalização da vida é malsã por três motivos: primeiro, a intervenção técnica no organismo, acima de determinado nível, retira do paciente características comumente designadas pela palavra *saúde*; segundo, a organização necessária para sustentar essa intervenção transforma-se em máscara sanitária de uma sociedade destrutiva, e terceiro, o aparelho biomédico do sistema industrial, ao tomar a seu

cargo o indivíduo, tira-lhe todo o poder de cidadão para controlar politicamente tal sistema. A *medicina* passa a ser uma *oficina de reparos e manutenção, destinada a conservar em funcionamento o homem* usado como produto não-humano. Ele próprio deve solicitar o consumo da medicina para poder continuar se fazendo explorado” (6).

Esta mentalidade tem ganhado espaço a partir da “diferenciação institucional”, onde outros domínios institucionais (família, comunidades, organização, etc.) não recebem legitimidade no compromisso com a vida (= saúde integral). A diferenciação também favoreceu o surgimento de especialistas do corpo físico que têm reconhecimento público e, por isso, poder. Conseqüentemente, a prática no campo da saúde tem subestimado o potencial tratamento da vida por *fontes não-médicas e visado a doença e não o ser humano* na sua totalidade. A doença é “algo que tem a ver com órgãos e sistemas separados”. Reducionismo imperdoável no nosso contexto — “Se o preconceito individualista do modelo médico atual fosse descartado, seria possível abordar o aspecto total das causas das doenças e não só focalizar as causas puramente físicas. Há um número espantoso de casos em que os corpos doentes são produzidos *socialmente*: através da má alimentação e falta de medidas básicas de saúde pública (como tratamento de esgotos, moradia decente e água tratada); através da contaminação ambiental, riscos no local de trabalho e produtos contaminados; através da guerra, tortura política, violência das ruas e agressões domésticas” (7).

## 2. Influência de conceituações diversas de saúde

Viabilizar uma práxis na área da saúde implica também conceituar a saúde direta ou indiretamente. Conceituação que será sempre cultural — fruto de um *ideal social*. E ainda: as conceituações geralmente são complexas e ambíguas, pois sempre são construídas a partir de pressões institucionais, políticas, econômicas, imperialistas, culturais.

Neste sentido, o agente da vida enfrenta um conflito com ideologias da saúde, diante das quais deverá optar a nível de prática: “ou se age sobre o sujeito, fazendo com que ele abandone os seus desejos, ou se age sobre o ambiente, forçando-o a adaptar-se às exigências do desejo. A primeira é a solução terapêutica. A segunda, entretanto, é política” (8). Tudo indica que a verdadeira saúde integral é conquistada na resistência e conflitividade com a situação vigente. Por isso, compreender a saúde como ajustamento aos germes, às condições sociais é defender a capitulação da vida aos poderes de morte. Saúde integral-comunitária é consequência de luta política.

O povo diante da mentalidade de ajustamento é um impotente para lutar com a sociedade onipotente. Sociedade que se apresenta como constituída de um “*padrão de moralidade*”. Fato que revela uma injustiça. Vejamos: se a sociedade é um produto da ação humana que apresenta limitações, a resistência a ela é sinal de um testemunho da saúde integral. “A resistência seria, assim, não

um sintoma de enfermidade, mas antes a revelação das forças de saúde que, no homem, impedem que ele se ajuste a uma realidade basicamente patogênica. A neurose (“o neurótico, por não aceitar a realidade como ela é, cria mundos imaginários nos quais o desejo e o prazer reinam de forma onipotente”), a resistência e o desajustamento teriam de ser compreendidos como processos de autodefesa pelos quais o homem se protege de um ambiente enfermo” (9). Mas para a lógica dominante, que interpreta qual deve ser a ação do indivíduo na sociedade, é preciso eliminar toda “forma de pensar e agir que não se harmonizam com as práticas funcionais de que a sociedade depende”. A saúde não é realidade real através da resposta que realiza o controle social, a qual suprime ou minimiza a verdadeira história.

Por certas ideologias da saúde o ser humano, a família, a comunidade são cobrados a se socializarem no mundo da maioria. Caso contrário, serão rebeldes, desajustados — por conseguinte, estigmatizados.

Pelo processo de estigmatização “a sociedade se proclama como padrão de normalidade”. Padrão que se apresenta na prática com um “caráter eminentemente político”. Por quê? A compreensão ou o tratamento das corporeidades (pessoal e social) é sempre realizado pelos poucos contra a grande maioria, pelos poderosos contra os empobrecidos/enfraquecidos, pela ideologia dominante contra a ideologia rebelde/libertadora. São mecanismos, grupos, instituições que estão preparadas para curar, eliminar, marginalizar, cooptar, impedir,

reprimir as atitudes, projetos, compromissos desviantes do "normal". Clareando um pouco isso pode-se dizer:

"O processo de afastamento e tratamento da pessoa definida como enferma é de natureza violenta, no sentido de que é feito à revelia do paciente. Ao ser definida como enferma a pessoa perde o seu poder sobre si mesma. Por um lado, ela perde o direito à palavra. Se ela se confessa como realmente enferma, isto confirma o veredicto da sociedade. Se ela nega a sua condição, isto confirma uma vez mais o veredicto da sociedade, pois somente uma pessoa insana nega aquilo que todos vêem. A pessoa é, assim, desespiritualizada. Não é mais considerada como portadora de uma verdade e de um sentido. A seguir ela perde o direito sobre o seu corpo. O seu corpo passa a ser objeto de manipulação dos especialistas" (10).

Constata-se que, a saúde é uma "arma ideológica e institucional" para a preservação de uma sociedade, ou seja, por uma conceituação de saúde se expropria o ser humano em nome da "Ordem e Progresso".

Acredito que a maioria dos conceitos de saúde que circunda a área de saúde são limitados e responsáveis por injustiças contra a Vida. Os "sacerdotes" (médicos) da saúde se limitaram à "cura da doença" (uma entidade biofísica) e à assistência do aspecto físico do doente. Jamais cuida especificamente da *doença* do indivíduo: o que a doença significa para o indivíduo, como ele a sente, como afeta a sua história pessoal e social. Saúde não é uma entidade

que habita o corpo, ("ela *tem* saúde"), mas "*RELAÇÕES*" — relações que constroem o desenvolvimento integral e global, pessoal e social. Isto dá sentido de viver e conviver — é mais que sobrevivência física. Pensar saúde integral-comunitária é lutar, esperar, sentir, resistir, rebelar, crer, comer, desejar, amar, criar, encontrar. "A doença pode ser um meio de expressar dissensão e insatisfação por causa de necessidades humanas frustradas e não levadas em consideração. Na verdade, a pessoa doente está dizendo 'já não quero mais'. E, assim, reclamando o papel de doente parece-se com a estratégia ativista da *resistência passiva*. No caso extremo, a doença é uma recusa de enfrentar, de lutar e de resistir (...)." (11) Ainda: o povo só poderá conquistar saúde comunitária quando se organizar a partir do seu modo de pensar, agir, curar-se, viver. É daí que nasce a conceituação libertadora de SAÚDE. Todo agente da saúde tem que descobrir pela sabedoria que, a "onipotência do desejo", em operação no submundo da nossa sociedade, só poderá apontar real e verdadeiramente a importância dos agentes ou das práticas.

### 3. "Idolatria do mercado" e morte dos pobres

O paradigma econômico que dinamiza a nossa sociedade apresenta uma visão da saúde. Saúde aparece como mercadoria para ser consumida. E mais. Mercadoria que não se distingue das outras mercadorias.

"... Muitas farmácias 'modernas', em nosso país, estão atualmente montadas de modo semelhante a su-

permercados: o consumidor compra seu remédio no balcão, vai com a sua mercadoria até um dos caixas, deposita o remédio na esteira e sai, após pagar, pelo corredor do caixa. Outras farmácias estão montadas sob a forma de *drugstore*, onde, além de medicamentos, pode-se comprar brinquedos, batatas, material de limpeza doméstica etc....

Com este modo de comercializar o medicamento, está-se passando, implicitamente, o significado de que o medicamento é um produto equivalente a qualquer outro produto de supermercado, o que implica, entre outras coisas, no significado adicional de que a doença é algo tão 'natural', 'banal', 'corrente' como a fome, a gordura da panela, a necessidade infantil do jogo... (12).

Numa sociedade onde a *mercadoria pontifical*, imagina o trabalho que se apresenta para o agente da saúde no compromisso com o povo. Citemos alguns exemplos de como a saúde é apresentada na qualidade de bens de consumo nos meios de comunicação (rádio, TV), adesivos, rótulos, etc. (13): saúde é: o "alho que imuniza" as "novíssimas curas do câncer", a "vacina certa para a alergia do pó", o "remédio que desperta o desejo sexual", o "Lithotriper da Amico", os "tratamentos da Clínica Adventista de São Roque". Também encontra-se peças publicitárias com o mesmo teor: "Golden Cross: saúde em primeiro lugar", "Eu tenho Saúde Bradesco", "Ligue para o saúde, ligue para a Blue Life", "Yacult: o doce gostinho da saúde".

Importa despertar-se para a problemática que se articula diabólica-

mente entre saúde e mercadoria, onde se estabelece a partir de manipulações ou sacrifícios humanos uma defesa da idolatria do mercado. O que interessa é o LUCRO, não a VIDA do povo; vale dizer, a indústria do corpo/farmaêutica, as instituições médicas se organizam em termos empresariais-capitalistas, para vender mercadorias e serviços a uma clientela necessitada. Afirma com sabedoria um autor:

"Em nossa sociedade saúde se transformou num bem vendável. Quando dizemos isto estamos chamando a atenção para o fato de que hoje temos um complexo de instituições médicas, hospitalares, farmacêuticas que existem em função da possibilidade de vender a saúde sob a forma de um produto. Mas para se vender saúde é necessário um mercado consumidor. Ora, eu só compro aquilo que não tenho. Daí a necessidade de se criar a ideologia do consumo da saúde. A saúde não é uma condição natural do corpo, mas algo que se compra como serviço ou produto. As empresas de saúde existem e funcionam não por serem *empresas comerciais*. Impõem-se então a necessidade de se definir este bem *saúde* como bem que pode ser produzido como serviço ou produto, pois somente assim ele será comprado. Quanto mais vasta a patologia passível de uma solução empresarial, maior o sucesso das empresas. (...) Temos... uma ideologia de saúde que quase nada sabe sobre saúde que explica a expansão da medicina curativa e do arsenal farmacológico, e o encolhimento da medicina social e preventiva. Na realidade, elas são inimigas.

Se saúde é um bem vendável e comprável, ela não pode ser pensada como resultado de um complexo de condições ambientais, sociais e econômicas. Condições não podem ser produzidas empresarialmente. O que está em jogo são epistemologias diferentes, construções diferentes deste objeto saúde" (14).

Falar de saúde comunitária pelo campo da atenção primária é ir contra a lógica sócio-política de trabalhar — hoje — na nossa sociedade. Esta sociedade de consumo gera produtos, serviços "cuja função maior é fazer face à situação ou estado maléfico antagônico ao estado de saúde". Ainda: pensar saúde só é possível, nesta lógica, pela *violência sacrificial*. A morte dos enfraquecidos e oprimidos é uma exigência do próprio deus-mercado — "Da morte nasce a vida, da destruição da resistência aos resultados destruidores do mercado e da morte dos que se lhe opõem nasce o brilho utopista da harmonia preestabelecida do mercado. Não se trata simplesmente de haver destruição no caminho. A própria destruição e morte agora parecem ser salvíficas. O próprio mercado se transforma num altar sacrificial e a vida nele é um ato religioso" (15). Daí compreender o poder — significado — simbólico da mercadoria-medicamento na sociedade idolátrica. Há uma imensa variedade de "sacerdotes" que consagram os medicamentos, predicando a possibilidade de encontrar o "salvador" (= saída imediata); ou agentes da anti-vida que semeiam uma ética desumana, injusta que exige uma inversão de todos os va-

lores ou uma negação de todas as práticas que apontam para a promoção da VIDA-INTEGRAL-COMUNITÁRIA. A MORTE DOS POBRES (doentes, rebeldes, oprimidos, etc.), é uma exigência inalienável para a idolatria do Mercado que cresce a partir da ética do Capital. O segredo do grande ídolo está em que a maximização do lucro, obtido (também) pela comercialização da mercadoria-medicamento, consiga a Capitalização. Ou seja: uma vez absolutizado, idolatrizado, ao Capital imola-se e oferta, inescrupulosamente, a vida dos empobrecidos. No Terceiro Mundo (Brasil, no meio) os medicamentos geralmente vitimam os pobres ao roubarem a vida no preço (expropriar a economia), ao manipularem pelo pseudo-significado, ao assassinares, enfim, o que de vida resta nos corpos enfraquecidos. A idolatria vive na sangria e expulsão da vida e do apodrecimento do "sangue" (= vida apequenada) da grande maioria.

#### **4. Dificuldade do bloco dos oprimidos e enfraquecidos na ação libertadora**

A organização popular-libertadora em prol da saúde comunitária, no contexto idolátrico, se torna complexa e difícil. Por quê? Todo trabalho da defesa dos direitos e/ou reformas sociais (p.e., saúde pública) pressupõe ir contra a atitude política/ideológica/ética da saúde que sustenta o *Sistema Capitalista*; vale dizer, significa enfrentar o capitalismo.

O sistema apresenta mecanismos fortíssimos para desestabilizar qual-

quer mobilização reivindicativa e conquistadora que vai contra a sua lógica diabólica. Ele (sistema) introduz “nas lutas sociais um princípio transcendente da polarização segundo o qual a destruição de um pólo — o das reformas sociais — é a realização do outro — a harmonia paradisíaca dos mercados. O mercado é visto como o caminho para o bem absoluto da humanidade, sua utopia fulminante, que, se realiza pela destruição e eliminação de todas as resistências contrárias a ele” (16). O culto ao deus-mercado, antropófago, demoníaco, exige a destruição dos pobres, dos movimentos populares e de toda reivindicação do direito à vida e aos meios de vida. Por isso, a “práxis de libertação do bloco comunitário dos oprimidos” só será possível a partir da

construção do poder-popular democrático que recrie e surja da recriação da maneira política de promover a VIDA. Com a falta de *conscientização*, de *lideranças*, de *organização-mobilização* não se poderá enfrentar a prática de desintegração, cooptação e deslegitimação realizada pelo sistema em relação à toda atividade libertadora.

O bloco dos oprimidos só avançará, qualitativamente, quando os agentes da vida mobilizarem na construção de comunidades, organizações e movimentos comprometidos, formadores e organizadores do povo. Nessa perspectiva será possível emergir o bloco libertário que apresenta, a partir da organização popular, o compromisso libertador que constrói o projeto sócio-político promotor da vida.

## II. COMPROMISSOS COM A PROMOÇÃO DA VIDA PELA PRÁTICA EVANGÉLICA (= LIBERTADORA)

### 1. Pressupostos de integração das lutas de defesa da vida

Trabalhar na promoção da vida a partir da meta de superação de todos os entraves humanos e sociais, cobra da própria prática uma postura clara e profética nos campos: ético, espiritual, político, cultural e utópico. Por isso, tentaremos, através da *perspectiva libertadora*, aprofundar a respeito do como assumir uma servicialidade na saúde comunitária levando em consideração os seguintes *pressupostos fundamentais*:

#### 1.1. *Praticar a ética libertadora da vida*

O compromisso com a saúde comunitária introduz o agente na ação promotora, defensora e plenificadora da vida, através da meta de garantir “*imperativos*” econômicos, políticos, éticos e espirituais: moradia, educação, trabalho, prazer, assistência médica, pão, liberdade, democracia, lazer, etc. — vale dizer, conquista da saúde-Integral Comunitária (= coletiva). Através destes imperativos a vida é reproduzida, compreendida, justificada e acolhida.

Conquistar esta *Justiça Recriativa* só é possível desde um *enfrentamento ético*. No nosso contexto ocorre um conflito entre a ética da Vida e a ética da morte (= ética do capitalismo). A ética capitalista é a "ética do mercado" — o lucro é o valor absoluto! O radical, lógico, bom, belo, verdadeiro, é trabalhar para acumular capital. Por isso, tudo o que promove capital, p.e., propriedade privada, leis injustas, exploração das classes operárias, manipulação e espoliação do povo, é defendido. A vida não tem valor sagrado, absoluto. Ela tem que estar a serviço do capital. A própria vida é comercializada, mercantilizada.

Sendo assim, o agente tem que viabilizar no seio do povo o reverso ético. Como? Se o eticamente bom é a *Vida Justa* (Humana, social) e o sistema que reproduz esta *Vida Justa para todos*, deve-se na prática ir destruindo a ética da morte e dando espaço à ética da vida. Nesta atitude concreta nega-se transformar o povo, a doença, o medicamento em *mercadoria* lucrativa. É *injustiça imperdoável* ser omissos, produtores ou cúmplices de uma **EXPROPRIAÇÃO** da corporeidade da grande maioria.

A contradição entre o exorbitante **LUCRO** a qualquer preço e o nível de vida do povo é o vilão a ser combatido e destruído. Destruir esta contradição é opor-se a uma política da saúde que não atinge a **CAUSA** do apequenamento da Vida integral. Exemplificando a causa pode-se pensar nas enfermidades de origem social. Já no século passado Rudolph Virchow defendeu sua teoria de que epidemias de cólera, surtos de tu-

berculose (importante devido a situação atual do Brasil) eram uma consequência das possíveis condições de vida do povo, sem higiene, comida e casa. Afirmava, ainda, o médico: "O progresso da medicina pode, eventualmente, prolongar algumas vidas; a melhoria das condições de vida do povo as prolongará muito mais". "As grandes epidemias são uma advertência aos estadistas sobre os fatores sociais que ameaçam a vida de todos" (17). Também a padroeira da enfermagem Florence Nightingale, dizia: "Não há doença específica, e sim condições específicas para a doença" (18).

A *ética da Vida* desafia, hoje, o agente da vida a reinterpretar dialeticamente no seio da história do povo o "pensamento hipocrático". Assim, conquistar-se-á a vida integral a partir de um compromisso de inserimento no submundo do povo pela integração entre "corpo, mente e meio ambiente".

### 1.2. *Experienciar a espiritualidade libertadora da vida*

De dentro da movimentação social em prol da Justiça deve-se saber encontrar na experiência da Trindade o Deus da Vida dos pobres. Ou seja: os agentes e o povo são chamados a encontrarem a "concepção de Deus como o Deus vivo que escuta o grito do oprimido e decide intervir para libertá-lo (Ex 2,23-24; 3,7-8). O próprio Deus se apresenta a Moisés como o Deus da presença viva e atuante: 'Eu sou aquele que está aí presente' (Cf. Ex 3,12-14) (...) (Nosso Deus) se faz imanente e colocado à boca do oprimido que

grita. Ele é um Deus ético, sensível à opressão e inimigo de toda injustiça. Ele é distinto dos ídolos que não sentem, não são solidários (Sl 115,4-8" (19). O Deus da vida promove, defende e liberta a vida dos oprimidos e enfraquecidos.

A atitude de Deus de reivindicar os "direitos dos pobres" como "direitos divinos", tem como consequência pensar a Espiritualidade partindo da dimensão espiritual do direito à vida e aos meios de vida (trabalho, casa, saúde, alimentação, fraternidade, etc...). Compreensão que condena uma desespiritualização da Vida e uma descorporificação do Espírito — o que levaria a uma espiritualidade alienante e idólatra.

Tudo indica que, a ação do agente da vida e seus aliados tem um profundo sentido espiritual: é na defesa da saúde integral-coletiva que se joga o sentido espiritual da práxis assumida; e mais, aí se joga o sentido espiritual e absoluto da vida. Assim, na reprodução da vida justa descobre-se a glória do Deus Libertador. Como lembra o teólogo: "A espiritualidade cristã soube sempre descobrir a relação profunda entre o sentido da *vida* e o sentido de *Deus*. A espiritualidade foi sempre uma experiência onde o mistério da vida e o mistério de Deus são vividos numa única dimensão, ao mesmo tempo profundamente mística e humana" (P. Richard).

Trabalhar na saúde comunitária, numa fidelidade a Deus e ao seu povo, implica redescobrir a espiritualidade bíblica a Deus e ao seu

Povo, implica redescobrir a espiritualidade que sai ao encontro da corporeidade marginalizada, expropriada, na certeza de ser alento vivificador, transformador dos corpos sofridos em corpos ressuscitados, onde Deus será tudo em todas as coisas (cf. 1 Cr 15, 28).

O agente que não alimenta esta espiritualidade dificilmente terá forças pra enfrentar o ambiente idolátrico (Cf. Ez 22,25-29). A experiência espiritual é revitalizadora permanente do operacionalizar uma "radical desidolatrização da vida social e humana", responsável pela situação de miserialização da vida do povo.

### 1.3. *A opção pelos pobres no compromisso com a saúde comunitária*

Optar pelo pobre oprimido e enfraquecido é optar pela vida plena. Diante de uma *Sociedade* que não tem como prioridade, fim absoluto, a vida, mas o *lucro*, assumir a história, a resistência, as reivindicações, ... do povo empobrecido é exigência opcional inadiável e inegoçiável.

Por trás desta opção está a defesa da vida ameaçada; a vida da grande maioria — os pobres. Analisando a causa da morte no nosso país, descobre-se que a *injustiça social* é a grande responsável; por isso, os primeiros a serem atacados são os pobres. Veja que diz o quadro que se segue.

"No Brasil, a principal *causa mortis* é representada pelas doenças do

coração. Fala-se muito nos efeitos nocivos das dietas e dos hábitos sedentários, nas conseqüências do excesso de colesterol ou de triglicérides no sangue: preconizam-se dietas e corridas e diz-se, finalmente, que são doenças de ricos e executivos. Nada menos verdadeiro. As doenças cardíacas são mais graves e freqüentes entre os pobres. E entre as suas causas podem ser relacionados: estresse do trabalho em condições insatisfatórias, o desemprego, a queda de rendimentos e a recessão.

A segunda *causa mortis* é a morte violenta por acidentes de trânsito, por homicídios e por suicídios. (...) Do mesmo modo que nas doenças cardíacas, guarda relação estreita com o decréscimo das condições econômicas do país. A terceira causa de morte é a subnutrição, tendo como corolário a nossa grande mortalidade infantil, que, em certas regiões, atinge uma em cada três crianças, só no primeiro ano de vida.

A quarta *causa mortis* é o câncer. A sua etiologia é mais política do que médica, por estímulo da instalação de indústrias cancerígenas e por consumo de produtos com o mesmo potencial, como o fumo, os agrotóxicos, os aditivos alimentares" (20).

Que poder tem o pobre para enfrentar esta realidade sócio-política de morte? Optar pelos pobres é compreender que os pobres ficam cada vez mais distanciados dos poderes que decidem sobre sua capacidade humano-social. A lógica capitalística entra no mundo da saúde

manipulando e diminuindo a vida. Pensando no tratamento médico a partir do modelo que permeia nossa sociedade, percebe-se que, o "desenvolvimento do sistema médico segue os mesmos parâmetros do desenvolvimento comercial e industrial na direção de uma economia monopolista: racionalização da produção, eliminação dos produtores individuais (médicos e hospitais substituídos por empresas médicas e hospitalares) e dominação do mercado mundial pelas transnacionais. Nesse novo sistema, o consumo de bens passa a ser o objetivo principal e o *marketing* (Ideologia da excelência tecnológica que promete resolução de todas as doenças por intervenções cirúrgicas cada vez mais sofisticadas, por antibióticos cada vez mais eficazes, por separação e destruição celular e tecidual cada vez mais precisas; acena com a substituição de órgãos naturais por artificiais, com transplantes, com engenharia genética, promete o nirvana da extinção de todos os males) tem a mesma importância que em outras áreas, para o incremento do consumo" (21). Nesta dinâmica o povo entra como co-baia, mercadoria e consumidor, que deverá aceitar o jogo do sistema, o qual é único e/ou poderoso responsável pela saúde integral-comunitária. Por isso, a opção pelos pobres, ao exigir um colocar-se ao lado, junto dos despotencializados e fracos humano-socialmente, se torna *conflitiva*. E assume-se "o conflito porque é, em nossa sociedade, inevitável; apresenta-se como uma necessidade política e também ética; mas esta necessidade vem informada por uma intenção de amor" (L.

Boff), de solidariedade a vida. Ainda: optar pelos pobres através da saúde comunitária é: *fazer a vontade de Deus* que não quer ver corporificando a injustiça e violência no corpo de seus filhos: *assumir profeticamente a justiça social*, sendo frontalmente contra os poderes idólatricos, assassinos; e colaborar na *construção de uma sociedade* exclusiva, fraterna, simétrica onde a vida do povo é querida e promovida. Já profetizava Salvador Allende: é impossível "dar saúde a quem veste trapos e trabalha com salários que não permitem condições mínimas de subsistência; é impossível dar saúde a um povo se não o livrarmos de sua dependência econômica, para que ele mesmo tome suas decisões".

#### 1.4. *Resgatar e potencializar a cultura da libertação*

O povo se defronta com uma cultura materialista, consumista, individualista, atéia, que é destrutiva do corpo, da comunidade, das etnias, da natureza, da esperança. Realidade que nos coloca diante de uma delicada situação, porque a "cultura é problema de vida ou morte para o nosso povo" (22).

Pensar a cultura é tentar redescobrir e compreender o *poder cultural* que está latente na história, que é responsável pela sabedoria popular que sabe driblar pela resistência popular, pela paciência histórica, pelo silêncio tático, pela criatividade na necessidade, pela festa descontraída as dificuldades sociais.

É impossível trabalhar libertadoramente na saúde comunitária sem

considerar como *eixo norteador* da práxis a cultura do povo. Logicamente que a ambigüidade atravessa a cultura, mas não ao ponto de destruir significados, valores, sentidos fundamentais na luta de libertação. Inclusive, a *nível social*, a cultura está sendo revalorizada — na saúde comunitária — a partir de práticas populares, p.e., associações, participação solidária, luta pela defesa da vida. Também no *nível religioso* encontram-se manifestações, celebrações importantes que recuperam símbolos, artes, expressões, etc., revitalizadoras da luta pela saúde integral.

Acredito que potencializar, na perspectiva transformadora, a esfera cultural é uma saída inegociável e premente. Maneira sábia de opor-se à cultura dominadora dos poderosos. A cultura dominante-idolátrica, responsável pela situação de morte, não pode encontrar espaço de revitalização nas nossas práticas. Esta cultura deteriora o sangue da vida e da história popular. Como? Criando a mentalidade da necessidade de cultuar o lucro, o Mercado, acima de qualquer outra proposta — ideal humanizadora.

Sendo assim, fica o desafio para a saúde comunitária de partir das culturas de resistência e de libertação, no que elas tem de crítica-constructiva, de sabedoria recriativa, de esperança mobilizadora, de paciência estratégica. Pela cultura "crítico-popular" poderá cada vez mais emergir (ou continuar emergindo) o compromisso com a saúde integral que dá nascimento de um novo modo libertador de gestar, sonhar, projetar, cuidar, defender a vida do povo dos

empobrecidos. E mais. Só assumindo a maneira de ser próprio da grande maioria poder-se-á crer na possibilidade de reverter o processo que mata a vida.

Finalmente, se o compromisso com a saúde desde a antiguidade sempre enraizou-se num modelo popular, doméstico, herbal, aconselhador, familiar, mágico, religioso, sem dúvida que no inconsciente coletivo do povo reina algo a ser descoberto pela saúde comunitária. Toda organização que souber utilizar este inconsciente poderá ter acesso fácil ao mundo dos pobres. O grande capital cultural simbólico dos pobres é uma porta de entrada no submundo e na perspectiva da grande maioria.

Daí a importância para a saúde comunitária de resgatar e potencializar a cultura do povo. Sabe-se que, a "medicina nasceu da mágica e da religião, e a unidade médico-clérico-mágico e pai (mãe), que persiste no inconsciente do homem, não foi destruída" (J. Landmann). O trabalho, hoje, é conseguir ressuscitar o mágico, o sagrado, o criativo/gerador, o poder-criativo/libertador, nas práticas populares — onde os agentes, movimentos, organizações, vão sendo conhecidos como os agentes salvadores da VIDA ameaçada e diminuída.

### 1.5. *Viver a esperança da utopia da vida plena*

O agente da vida e seus aliados só poderão assumir atitudes de serem: contemplativos no processo de libertação-integral, estruturadores da solidariedade profética, testemunhas da paixão por Deus na compaixão

pelos sofredores, organizadores da luta e da esperança, anunciadores dos "novos céus e nova terra", se carregarem a *utopia do Reino*. Reino que "não é outra realidade diversa daquela na qual vivemos. É esta realidade mas duplamente libertada. Em primeiro lugar, libertada de toda a sua injustiça e da iniquidade acumulada pela história. (...). Em segundo lugar, a realidade será libertada como potenciação de toda a sua bondade, como transfiguração e como plenificação de vida que é o sentido fundamental da ressurreição" (23).

Carregar esta promessa de vida plena é uma maneira de combater a violência que se faz ao destruir a esperança no seio do próprio povo. Violência que vai contra a vida. Por quê? Um jeito de encaminhar uma promoção da vida e estar sempre refortalecendo a promessa da vida plena e justa, criando condições de sua plausibilidade e concretizando-a nas teias da história popular. Viabilizar esta dinâmica é opor-se à vida e aos meios de vida. Um povo sem esperança está praticamente derrotado na conquista da grande Libertação.

Na atual circunstância o compromisso com a saúde comunitária, pela justiça e libertação, exige um empenho, uma ação enraizada no meio da luta, nos passos táticos e estratégicos, nos processos libertários — assumido, entendido, celebrado, como realização do projeto de Deus. Para isso, há que acontecer uma adesão como "entrega de todo ser e fazer a Deus, como o supremo sentido de nosso caminhar", conseqüentemente, a práxis é revigorada.

Ademais, a utopia cristã abre toda prática a uma liberdade que impossibilita cair numa limitação autoritária, medíocre e estreita.

## 2. Formas de conquistar a saúde integral-comunitária

Tratar das *mediações* que viabilizarão na história do povo a conquista da saúde integral, torna-se, cada vez mais, uma necessidade fundamental. Maneira prática de fugir de certos idealismos, espontaneísmos; jeito de encontrar alternativas diante das dificuldades concretas; possibilidade de repensar a própria experiência. É neste sentido que tentaremos lembrar formas que poderão ajudar a realização da conquista da vida justa para todos.

### 2.1. Organização popular solidária com os pobres oprimidos e reprimidos

Para enfrentar a *política idolátrica* que expropria os corpos dos pobres, o serviço de defesa da vida tem que organizar o próprio povo para que em nome e pela solidariedade transformadora assumam a sua *CAUSA*. Nesta organização não se exclui os *aliados* de outros setores da sociedade que estão dispostos a lutar pela libertação integral e total da sociedade.

A causa justificadora deste *processo organizativo* é a conquista da justiça em todos os níveis sociais. Caminho para garantir a saúde total. Ademais, este processo é executado através da conscientização, da mobilização, da acolhida e promoção de reivindicações do povo, da sensi-

bilidade e defesa das lutas populares, das iniciativas comunitárias da violação da vida.

O povo na sua resistência descobriu que só destruindo estruturas de opressão e refazendo o tecido social poderá gestar o projeto social onde todos terão assegurado a vida boa e justa. *A ação política libertadora* é, hoje, o grande agente transformador da situação de cativo. Mas esta só é possível a partir da mobilização popular solidária. Caso contrário, os dominantes continuarão lucrando idolatricamente em cima da própria corporeidade do povo. Há que conquistar o espaço para estruturar a solidariedade *dos, com e pelos pobres*. Esta é a grande arma revolucionária que se tem contra a dominação estrutural.

### 2.2. Integração das frentes autênticas no processo libertário

O compromisso solidário, em nosso contexto, cobra uma grande, eficaz e forte *ALIANÇA* entre grupos, entidades, movimentos, comunidades, que lutam pelo ideal de garantir *VIDA JUSTA* para o povo. Maneira de articular, somar, canalizar *forças* para a mobilização amazônica na sociedade.

Esta mobilização deverá acontecer desde o espírito *democrático, pluralista, popular*, o qual faz alastrar ecumênica e globalmente atividades a nível local, municipal, regional, nacional e continental. Assim, pode-se envolver os mais variados setores autênticos que apenas somarão na grande luta libertária.

Não é a luta social isolada, desintegrada que conseguirá destruir o império idólatra. A ação integradora através do compromisso unitário-resocializador de iniciativas transformadoras, democratizadoras das participações populares libertadoras, vem fortalecer e ampliar a resistência evangélica em prol da vida. É o novo jeito de crer e trabalhar em favor da saúde integral-coletiva.

Este *projeto-ação-coletiva*, através das micro-estruturas, penso ser condizente para enfrentar a macro-estrutura que reina omnipresentemente em todos os cantos da sociedade. Inclusive, a estratégia do atuar do sistema, que viabiliza esta sociedade dissimétrica e injusta, é implementar a divisão, desestabilização e deslegitimidade no seio dos partidos, sindicatos, comunidades cristãs, movimentos populares, grupos alternativos, conselhos do povo que ensaia, constrói, projeta a Nova Sociedade.

Também esta integração poderá ser educativa ao acontecer uma *troca de experiências* entre as várias frentes que formam o bloco libertário dos pobres. Intercâmbio significativo, ao nível do qualitativo, se se coloca como projeto o ideal da libertação. Mas isto favorece o questionamento da própria práxis e contribui pra não repetir empirismos, vanguardismos, paternalismos, sectarismos, imediatismos, clientelismos; ou absolutização do assistencialismo, do reformismo.

Finalmente, a integração da *BASE Transformadora* — representada no conjunto articulado das Frentes — têm, ainda, a capacidade de forne-

cer um "*referencial político-social Totalizante*". Este referencial protege as organizações populares de não serem débeis ao criarem isoladamente um espaço próprio e politizar uma área específica, p.e., movimento pela saúde. O risco se dá no fechamento, na fragmentação, impossibilitando uma integração de várias lutas específicas.

### 2.3. *Construção do poder popular que viabiliza o projeto libertário*

O trabalho com o povo na saúde integral-comunitária não pode parar no imediatismo. Isto implica ter um Projeto sócio-político alternativo dentro dessa sociedade. Só que o projeto não é resultado de uma bca-vontade inconseqüente, de um espontaneísmo ingênuo, de uma articulação sem critérios de avanço, sem mediações adequadas; ou seja: é fundamental a construção de um amplo bloco de *forças populares* que estrategicamente leve os pobres a terem o PODER POPULAR (econômico, cultural, ideológico, religioso, etc.).

O poder ppoular alternativo é considerado não como uma coisa que se tem, mas como uma *relação* dinâmica, conflitiva, complexa. Mas relação que a nível social prove a VIDA. É o poder dando a "força de barganha" para garantir os direitos básicos fundamentais para o povo.

Este *poder popular* tem que estar orientado para o *processo democrático*, assim, o jeito de exercer o poder não terá o vício diabólico do autoritarismo, centralismo, uniformis-

mo... E ainda: a construção do poder deve ser encaminhada desde a Fé teologal, a perspectiva dos oprimidos e enfraquecidos e a ética comunitária, é esta a maneira de escapulir dos Absolutismos, estreitismos, Totalitarismos, individualismos, Centralismo.

Na circulação entre o Poder Popular e Processo Democrático a concretização do Novo Projeto sócio-político só será realidade no compromisso efetivo com as *mediações*: as práticas, as ideologias e as teorias. Caso contrário, continuaremos patinando no processo e sendo eternos iludidos para o nascimento da Nova Sociedade.

Além das mediações temos as *forças fundamentais*: a econômica, a simbólica/cultura e a política. O Po-

der popular tem que ser operacionalizado a partir dessas forças. É daí que poderá surgir a **FORÇA TRANSFORMADORA** que se concretizará no projeto político, que levará o povo a conquistar as *utopias* que promove a *cih* dos corpos do **NOVO POVO**, e da nova sociedade.

A partir dessa dinâmica Estrutural crê-se na possibilidade de construir, ou melhor, viabilizar um **PROJETO HISTÓRICO** onde a grande meta é a "qualidade de vida" para toda a Humanidade e toda Criação. Isto não é acreditar numa vida paradisíaca ou "felicidade geral" aqui na Terra; mas sim, alimentar uma Utopia que "contenta-se (!) com uma vida 'serena', 'livre', enfim, 'aberta' às questões decisivas da existência, questões essas que já são 'de outra ordem'" (Cl. Boff).

### III. QUESTÕES EMERGENTES

O trabalho na área da "saúde comunitária" pede do agente (ou da comunidade) uma profunda e constante re-atualização de sua práxis. Modo de procurar responder libertadoramente aos novos problemas que são criados na sociedade. Do contrário, os compromissos poderão comprometer ou distanciar uma ação que resgate e promova a **VIDA INTEGRAL** do povo.

Por isso, a seguir, procuraremos abordar sinteticamente algumas questões que levantam desafios sérios e urgentes para o servidor da Vida no atual momento histórico.

#### 1. Ecologia

Enfrentar uma luta em favor da promoção da saúde integral no con-

texto de Terceiro Mundo, Brasil no meio, implica assumir também a questão ecológica. Não se pode sonhar e garantir a vida ou a sociedade justas para todos, testemunhando a exploração-destruição violentadora do meio ambiente, a falta de um relacionamento de integração entre o ser Humano e a Natureza. Diria mais: diante da mundialização dos problemas humanos e sociais, a solução deverá ser também mundial-ecológica, quer dizer, mais e mais será fruto de um global "processo de socialização e de democratização que terá também sua dimensão ecológica e cósmica". Todavia, nesta atual sociedade, que idolatra o **LU-CRO**, é complicado pensar a ecologia como um valor a serviço da vida

integral da grande maioria. Vive-se o modelo de exploração na relação do Homem com a Natureza, o qual, complica a harmonia pela inclusão de ambas realidades.

O desafio é encontrar uma “*justiça ecológica*” que construa um contexto defensor da materialidade da VIDA. Deve-se entender que, “*justiça* é também um problema ecológico e vice-versa, o problema ecológico é igualmente problema de *justiça*” (A. Garcia Rubio), principalmente em relação aos expropriados da sociedade. Neste sentido, trabalhar na saúde comunitária é abraçar a Causa de toda a Criação, vale dizer, favorecer a “*integração harmônica*” entre os seres todos da natureza, na qual, a saúde comunitária justa seja promovida, querida. Isto implica compreender praxisticamente que a ecologia não é estranha ao projeto de libertação que se deve assumir. Clareando, quando um agente da saúde protesta e combate: os adubos químicos que envenenam os alimentos, a poluição aquática e atmosférica, a destruição das florestas, a exploração de reservas minerais nas terras indígenas, a desumanização pela insalubridade no Mundo do trabalho, a falta de responsabilidade com a camada de ozônio, atingida pelos radicais de cloro existentes nos aerossóis, aparelhos de ar condicionado, etc. . . . ele estará lutando ecologicamente a favor da Vida integral para toda a humanidade.

Sem dúvida, é fundamental participar da organização sócio-política ecológica que, pouco a pouco, vai despontando entre os povos empobrecidos.

Aí, a questão ecológica é recolocada desde a “*categoria poder-miséria*, ou se se refere desde as *categorias opressão-libertação*”, fato que possibilita aos pobres-excluídos pronunciarem sua palavra e lutarem a partir dos problemas ecológicos que arrancam diabolicamente o direito à Vida e aos meios de vida. Cria-se um jeito novo de relacionamento do Povo com a Natureza. “*Redescobre-se o encanto do mundo e o vínculo fundamental do homem com a natureza. Percebe-se sempre mais que a manutenção da vida humana está indissolivelmente ligada à preservação da natureza e que se torna urgente a superação da dominação espoliadora da natureza. Na busca da harmonia entre todos os seres vivos, restitui-se a dignidade às pessoas e se recupera o poder dos empobrecidos como povo livre. Cresce a consciência de que (. . .) se pode destruir os limitados recursos naturais e tornar impossível qualquer forma de vida no mundo*” (24).

Enfim, o compromisso com a saúde comunitária é interpelado a se opor a uma “*visão tecnocrática mecanicista*” da realidade aliada à mercantilização expropriadora do “*dom da terra e dos seus frutos*”. Ou seja: há que se combater a profanação da terra para transformar em libertada a realidade desumanizada. É a esperança de um mundo onde todos os seres vivos estarão “*ligados entre si pelos elos da vida*”.

Para terminar é bom recordar trechos do discurso de Seattle, chefe da tribo dos Dwamish, pronunciado em 1856:

“Mas como se pode comprar ou vender o céu ou o calor da terra? Esta idéia nos é estranha!”

“Cada parcela desta terra é para meu povo sagrada, cada folha luzente de pinheiro, cada praia arenosa, a neblina dos bosques, cada clareira, todo inseto zumbidor é sagrado na memória e na vida do meu povo.”

“A límpida água que desce pelos regatos e pelos rios não é apenas água, mas o sangue de nossos antepassados.”

“O que é o homem sem os animais? Fossem embora todos os animais, o homem morreria em grande solidão de espírito. Tudo que acontece aos animais, acontecerá logo também ao homem. Todas as coisas estão ligadas entre si. O que recai sobre a terra, recai também sobre os filhos da terra. Ensinaí a vossos filhos o que ensinamos aos nossos: a terra é nossa mãe. Quando o homem cospe sobre a terra, está cuspidando sobre si mesmo. Pois isto sabemos: a terra não pertence ao homem, o homem é que pertence à terra. Tudo é ligado entre si, como o sangue que une uma família.”

## **2. Sociedade tecnológica**

No atual momento histórico toda a sociedade recebe influências das novas tecnologias, as quais modificam as condições de vida do povo. A tecnologia, impreterivelmente, determina a qualidade de vida da sociedade em todos os níveis.

Por isso, é impensável trabalhar na área da saúde sem enfrentar o

atual desenvolvimento técnico, científico e organizativo da história humano-social. E mais. O serviço em prol da saúde integral coletiva deverá cobrar da tecnologia uma maior humanização da sociedade em vista da defesa dos corpos, dos seres vivos explorados e destruídos. Não se pode aceitar p.e. que a medicina tecnológica manipule inescrupulosamente as vidas humanas enfraquecidas. É a idolatria da ciência ou da técnica supervalorizando o progresso tecnológico (e vice-versa) por cima do significado e valor humano da vida.

A experiência do Terceiro Mundo em relação à tecnologia tem revelado repercussões negativas. Entre estas pode-se destacar (25): desumanização do ser humano pela máquina; a massificação pelos meios de comunicação; a contaminação e destruição da natureza; a experimentação humana injusta; a dependência escravizadora de Dois Terços da humanidade pelas novas técnicas, pela sociedade de consumo; pela falta de domínio de muitos conhecimentos, etc. A maneira como a sociedade tecnológica incide sobre os aspectos fisiológicos, psicológicos, políticos, sócio-culturais, econômicos, religiosos, no Mundo dos pobres, apenas tem contribuído para aumentar a distância entre o Mundo Desenvolvido e o Resto do Mundo. Não obstante, é preciso reconhecer as vantagens proporcionadas pela tecnologia à humanidade, como: o avanço no campo da medicina; o aumento do bem-estar e conforto; o aperfeiçoamento dos transportes e meios de comunicação; o aumento da produção agrícola, industrial e de servi-

ços; melhoramento do "habitat", etc. . . . O problema é o uso político alienador e explorador da coletividade, e a falta de socialização justa, das conquistas humanizadoras da vida e da sociedade, para todo o povo.

Contra uma racionalidade técnico-científica, utilitarista-expropriadora, a atividade na saúde comunitária não pode aceitar uma ótica que tudo reinterpreta e valoriza dentro da "lógica da produtividade, do quantitativo, do lucro, . . . quadro (que) é agravado pelo problema da indústria moderna de fazer escoar seus produtos. Dotada de uma produtividade virtualmente ilimitada irá ela, por conseguinte, influenciar as necessidades do homem, que são limitadas; daí o controle cada vez maior que têm as empresas nos comportamentos de mercado, manipulando atitudes sociais e criando necessidades . . ." (26).

Se a práxis no campo da saúde não souber dialogar criticamente com esta sociedade tecnológica, instável e secularizada, consumista e materialista, pluralista e crítica, ela poderá ser ineficaz, cooptada e marginalizada por grupos, instituições poderosas. Logicamente que, dialogar não é renunciar aos princípios inegociáveis (p.e., direito à vida, prática democrática, justiça para todos), mas estar preparado para compreender a "atual sociedade moderna, caracterizada pelo pluralismo, a saber, uma situação na qual se dá uma concorrência entre os diversos universos simbólicos ou significações globais da realidade e suas respectivas instituições, todas procurando dar um sentido e estruturação à vida

de cada dia" (27). O risco é sonhar na práxis com o "universo simbólico unitário do passado", fechando-se assim, a um contato eficaz com vários setores da sociedade (p.e., ciência, política). A mente sectária, prepotente, a-dialética, não contribuirá para viabilizar um trabalho a partir de "experiências fundamentais, abrangentes, eticamente decisivas" para a promoção da vida do povo.

Há que se tomar consciência da importância de conhecer e influenciar na lógica e no poder ambíguo da sociedade tecnológica. Caso contrário, o povo e a sociedade continuarão sendo condenados à escravidão alienante e à exploração injusta. O que dizer desta constatação:

"Nas sociedades neocapitalistas avançadas (das quais já sofremos influências), a ciência e a técnica invadem espaços cada vez mais amplos, destroem ou *substituem as tradições culturais ou cosmovisões*, e assumem o papel de ideologia. A ciência se tecnifica e a técnica se torna científica, produzindo todo um pano de fundo ideológico que consiste em criar a *consciência tecnocrática*, que subordina a política à técnica: assim a política se tecnifica cada vez mais e as *massas se despolitizam*. Hoje, a política, a educação, o lazer, as diversões, a cultura em seu conjunto, e até os impulsos inconscientes, se convertem em sujeito de exame puramente técnico e de manipulação puramente técnica. (...) Assim, progressivamente, vamos submergindo num neopositivismo que *supervaloriza a ciência e a técnica como forma dominante de existir e de agir*, sem capacidade para

interrogar-se sobre o sentido social (humano) desta mesma ciência e técnica” (28).

Fica a questão: como combater a característica de exclusão, tecnificação da vida, da sociedade tecnológica em relação aos Dois Terços da Humanidade? Cabe à Saúde comunitária resgatar a dinâmica humanizadora que corre no seio da sociedade e, ao mesmo tempo, fazer deslançar uma práxis que leve o povo a lutar por uma ética-política de inclusão dos excluídos nos benefícios da sociedade tecnológica — no que pode proporcionar de justiça. E ainda: não se resolverá o problema estrutural de miserialização, marginalização estacionando-se em práticas medievais, maniquêias e sectárias.

### **3. A relação de interpretação entre: Estado, Mercado e Sociedade civil**

Pensar num compromisso, efetivo e conseqüente, com a promoção integral do povo através da construção da utopia da Nova Sociedade, implica levar à frente uma rearticulação do inter-relacionamento dos três pólos: Estado, Mercado e Sociedade civil (29). Uma coisa é certa: toda SOCIEDADE dinamizada: pelo *Mercado Totalitário*, o qual é favorecido pela ideologia neoliberal que o concebe como indivisível, excludente, “ordem espontânea, auto-suficiente em sua dinâmica auto-reguladora”; por um *Estado* inoperante, fraco, desmantelado, descumpridor de sua função social, sem consenso popular, reflexo de uma “ideologia antiestatista”, inimigo da sociedade civil; por uma *Sociedade civil* reduzida à

“sociedade burguesa”, ou seja, destituída de um poder popular democrático, libertador, — não poderá garantir a Justiça para o povo. O povo será uma realidade de “pobres-excluídos” inúteis e inaproveitáveis, empobrecidos e oprimidos.

É no seio dessa conjuntura que se deve repensar e reelaborar as atividades junto ao povo. Acredito que, em relação à Sociedade civil há que prepará-la a uma resistência própria através de “organizações populares”. Aqui descobre-se a importância fundamental dos “*movimentos sociais populares*: movimentos de solidariedade, movimentos pelos direitos humanos, movimentos pela defesa da vida, movimentos de luta pela terra, por uma casa digna, movimentos por uma saúde alternativa, movimentos ecológicos, movimentos de libertação da mulher, movimentos indígenas e afro-americanos, movimentos por uma educação e comunicação popular alternativa, movimentos cristãos de base, movimentos sindicais, movimentos cooperativos por uma produção e comercialização alternativas, movimentos de tecnologia alternativa, etc. É todo o *povo que se põe em movimento* pela vida, saúde, cultura, dignidade, liberdade” (30). Na verdade são movimentos que apresentam um “leque aberto de múltiplos objetivos”, e, por isso, expandem-se dentro dos âmbitos: sócio-econômico, político, ético, cultural e espiritual. Conseqüentemente, os movimentos se caracterizam como: movimentos de resistência, de reivindicação, de protesto, de denúncia, de solidariedade, de libertação... Características que

buscam "transformar radicalmente a sociedade civil". Como? Estes movimentos populares fazem gestar uma "nova identidade popular", onde o povo em movimento se torna sujeito de sua própria história de libertação. Como se afirma:

"Estes movimentos sociais populares configuram em muitos países uma *maioria popular* significativa e poderosa, que questiona radicalmente o sistema dominante e busca reconstruir o poder popular na mesma base, assim como uma nova sociedade desde a identidade e força do mesmo povo. Este toma o poder, primeiro na sociedade civil, criando um consenso popular alternativo ao sistema de dominação; desde aí, se discute e se constrói eficazmente o tipo de poder político necessário para a transformação global da sociedade" (31).

Estes movimentos, impreterivelmente, favorecerão um ressuscitar da sociedade civil. Inclusive, quaisquer organizações (p.e., os partidos políticos ou sindicatos) só serão fortes e significativas a nível de organização-mobilização, se estiverem ligadas aos movimentos sociais populares. É também por essa integração que o povo pode "aumentar em forma quantitativa e qualitativa sua força" mobilizadora de libertação em vista da independência de toda escravidão.

Constata-se que, estes movimentos populares "cumprem uma função de racionalização do mercado, ao protegê-lo, mediante sua resistência, frente às forças destruidoras que ele produz" (32). É claro, para isto os movimentos necessitam do supor-

te do Estado, porque este "é a instância de poder que pode universalizar a atuação das organizações populares. Se esta universalização não ocorre, a resistência resulta tão fragmentária como o é a atuação humana dentro dos mercados" (33). Hoje é inimaginável a sobrevivência dos movimentos populares sem o alicerce ou a "universalização de resistência" advinda do Estado. No fundo, entender esta interpenetração entre os pólos é descobrir as duas funções do Estado (34): a primeira, consiste na *promoção da sociedade civil*, ajudando-a a desenvolver sua legitimidade e abrir-se à possibilidade de resistência, fortalecimento e capacidade de manutenção. Ao Estado é exigido cumprir sua função social, p.e., em relação à saúde do povo. Caso contrário, a sociedade civil real não responderia à sua função diante do Estado — o que levaria a questionar a própria política dos movimentos sociais populares. Outra função do Estado é a "*planificação econômica e social*" de toda a população e a **preocupação em conservar a natureza**. Função que implementará uma fiscalização severa do Mercado, caso ele, a partir de sua característica de exclusão, "postergue as urgências sociais". Esta política do Estado em relação ao Mercado tem como preocupação deslegitimar, desfavorecer "plano e mercado totalizados", e viabilizar o "mercado com planificação de metas sociais"; vale dizer:

"Mercado e planificação deixaram de ser modelos contrapostos, já que a planificação onímeda... entrou em colapso. O mercado irrestrito, embora inexistente na prática, man-

têm-se como proposta ideológica, sem contraproposta de igual peso. O que existe de fato é um predomínio soberano do mercado, acompanhado por uma exacerbação da mística do mercado total. Este predomínio, no entanto, sofre várias interferências alheias à sua dinâmica intrínseca. (...) De qualquer modo, o básico é o predomínio do mercado. Disto não se arredam nem sequer as assim chamadas economias 'sociais' de mercado. Caberia meditar, aqui, o velho lema social-democrata: tanto mercado quanto possível, e tanta planificação quanto necessária (para assegurar metas sociais). Sempre se constatou — e o Papa volta a enfatizá-lo (Cf. "Centésimus Annus"), embora os neoliberais se neguem a reconhecê-lo — que o mercado não cumpre prioridades sociais" (35).

Diante de um contexto sócio-político em que ocorre, devido a uma "exacerbada messianização do mercado", a sacrificialidade dos corpos do povo empobrecido (= violação dos direitos humanos e sociais dos pobres), o Estado não poderá se omitir de uma política pela "planificação econômica estatal" e também de aspecto social. Maneira de atacar os fatores que têm arrancado a vida digna, justa da história do povo.

O trabalho realizado pelos Agentes, no campo da saúde comunitária, deve ter como princípio: (a) nenhuma instituição pode ter a pretensão de se transformar em "instituição totalizadora" ou em "sociedade perfeita" — se isto ocorrer a instituição totalizada se transformará em um

"sujeito totalitário". Caminho aberto para a destruição da construção duma sociedade democrática e/ou destruição da integração entre os pólos: Estado, Sociedade civil e Mercado (36); (b) há que trabalhar pela inter-relação e interpenetração dos pólos, sabendo que "nenhum destes pólos (Estado, Mercado e Sociedade civil em componente não empresarial) pode existir sem o outro, e inclusive a possibilidade da vida humana e mesmo da racionalidade econômica é um produto dos três (pólos) e de sua inter-relação, de tal modo que haja uma síntese em vez da negação de um pólo em nome do outro" (37); (c) importante é uma postura política de oposição a todo Estado (não o anti-estatismo assumido e promovido por certas entidades internacionais (FMI, Banco Mundial), por presidentes e parlamentares neoliberais, etc.) que não cumpre sua função sócio-política de defesa do povo, e, diabolicamente, promove o mercado totalitário. Esta oposição cobra dos Agentes da Vida a função de exigir do Estado o seu "papel regulador", em benefício do povo. Também combate-se o Mito da capacidade do Mercado resolver todos os problemas, o qual acaba sendo totalitário e antropófago. Por fim, encaminha-se uma práxis pela vigoração da sociedade civil, visando a proteção do povo e a conservação da natureza.

A partir destes princípios, crê-se que o serviço no campo da saúde comunitária beneficiará a dinâmica histórica responsável pela construção de um projeto sócio-político que promoverá a Vida justa para todos.

(1) L. BOFF, O Deus Defensor dos direitos do Pobre, in J. ALDUNATE (coord.), **Direitos Humanos, direitos dos pobres**, Vozes, pp. 94-95. (2) Cf. M. B. McGUIRE, Religião, saúde e doença, in **Concilium/234** (1991/2):96. (3) Cf. *Ibid.*, pp. 97-98. (4) Cf. Mário V. de ASSIS PACHECO, **A magia dos remédios**, Ed. Civilização Brasileira, 1978; **Abusos das multinacionais farmacêuticas** o autor afirma: "Acentua-se cada vez mais no Brasil o domínio de nosso mercado de medicamentos por multinacionais químico-farmacêuticas norte-americanas e européias, as quais conseguem assim facilidades para elevar os preços da 'mercadoria' medicamento, que fabricam e nos vendem. Com este livro prosseguimos com as denúncias que vimos fazendo desde 1961 contra os então chamados trustes da indústria farmacêutica que, ontem como hoje, nos vendem com freqüência, não poucos produtos fraudados, outros ineficazes e alguns retirados do comércio ou mesmo jamais licenciados para venda nos países de origem no mundo adiantado. Revelamos também que muitos dos medicamentos mentirosamente chamados 'novos', quando na realidade muitos são produtos antigos, porém pouco receitados, mas com 'roupagem' nova, isto é, com acréscimo de substância sem qualquer efeito terapêutico, mas com preços novos, ou seja, mais elevados que o similar retirado. Outra manobra... é a experiência feita por certas multinacionais em crianças até de três meses de idade quando lhes é indicado o uso de drogas desaconselhadas em crianças de 12 anos de idade nos países de origem", pp. 15-16. (5) Cf. M. B. McGUIRE, *o.c.*, p. 98. (6) I. ILLICH, **A expropriação da saúde**, Ed. Nova Fronteira, p. 10 — grifo nosso. (7) M. B. McGUIRE, *o.c.*, p. 100. (8) R. ALVES, Religião e enfermidade, in J. F. REGIS DE MORAIS (coord.), **Construção social da enfermidade**, p. 32 — com liberdade utilizamos da reflexão do autor. (9) *Ibid.* (10) *Ibid.*, p. 35. (11) M. B.

McGUIRE, *o.c.*, p. 102. (12) L. LEFÈVRE, **O medicamento como mercadoria simbólica**, Ed. Cortez, 1991, pp. 31-32. (13) Citaremos a pesquisa de Lefèvre, *o.c.*, p. 36. (14) R. ALVES, **Religião e enfermidade**, *o.c.*, p. 30. (15) Fr. HINKELAMMERT, A Teologia do império, in H. ASSMANN et F. HINKELAMMERT, **A Idolatria do Mercado**, pp. 105,106. (16) *Ibid.*, p. 105. (17) Cit. in J. Lawdmann, **AS MEDICINAS ALTERNATIVAS: Mito, embuste ou Ciência?**, p. 46. (18) *Ibid.*, p. 47. (19) L. Boff, O Deus defensor dos direitos do pobre, in J. Aldunate (coord.), **Direitos Humanos, direitos dos pobres**, Vozes, 1991, p. 91. (20) L. Landmann, *o.c.*, p. 15. (21) *Ibid.*, p. 17. (22) Cf. Luiz A. de Mattos, Saúde integral e cultural da libertação, **mimeo**. (23) L. Boff, O Deus defensor dos direitos do pobre, *o.c.*, p. 101. (24) Fr. Luiz F. PEIXOTO, Ecologia: um repto novo, in **Cadernos da CRB**, n. 9, 1991, p. 46. (25) Cf. J. B. COMAS, **Mundo de hoje e fé cristã**, S. Paulo, 1985. (26) M. de França MIRANDA, **Um homem perplexo — o cristão na sociedade**, Loyola, S. Paulo, 1989, p. 12. (27) *Id.*, Encontrar Deus em todas as coisas e sociedade moderna, **Grande sinal**, Jul.-Ago.(1991): 436. (28) J. B. COMAS, *o.c.*, p. 50 — grifo nosso. (29) Nossa reflexão baseará no excelente artigo de F. HINKELAMMERT, Nuestro proyecto de nueva sociedade em A. Latina, **PASOS**, n. 33. (30) P. RICHARD, Década de los noventa: una esperanza para el Tercer Mundo, in **PASOS**, n. 27:3. (31) *Ibid.*, p. 4. (32) F. HINKELAMMERT, *o.c.*, p. 21. (33) *Ibid.* (34) *Ibid.* (35) H. ASSMANN, Teologia da libertação: olhando para a frente, **texto mimeo**. (36) Cf. F. HINKELAMMERT, *o.c.*, p. 20. Diz o autor: "Do que se trata, é de renunciar a imposição de sociedades perfeitas. De deixar de pretender abolir o Estado ou o mercado, e reconhecer que a concepção das sociedades perfeitas como princípio da política, destrói a sociedade mesma. (37) *Ibid.*, p. 21. □

# EDUCAÇÃO NO BRASIL

## ÁREAS PRIORITÁRIAS DE MUTAÇÃO CULTURAL

*A Igreja deve desenvolver,  
em comum com outras instâncias públicas  
e privadas, um esforço de persuasão  
junto à população sobre a urgência de uma  
nova concepção e práxis de educação no Brasil.*

**Marcello de C. Azevedo S.J.**

O Congresso Nacional, de um lado, e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) de outro, vêm trabalhando intensamente o tema da *educação*. O primeiro, na elaboração da nova *Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDBE)*. A segunda, na formulação do documento, *Educação: Exigências Cristãs*. Este é ainda um texto provisório, aprovado como tal na Assembléia Geral da CNBB, em abril de 1991 e apresentado à Igreja no Brasil para ulterior revisão, crítica e aperfeiçoamento, em vista de um texto definitivo, que será submetido à Assembléia Geral da CNBB em 1992.

Refletem-se nos textos afinidades em muitos pontos de comum interesse das duas instâncias. Mas há também sérios contrastes e pendências, tanto na concepção mesma da educação, como na escolha de instrumentos e mediações, em vista de um

projeto educacional para o Brasil de hoje e do próximo futuro. Não é minha intenção focalizar aqui elementos temáticos de um e de outro documento e nem mesmo tratar integralmente os textos. Quero apenas sublinhar algumas prioridades que afetam o todo do esforço educativo no país, à luz dos dois documentos. Desejo considerá-las pelo ângulo da responsabilidade da Nação e explicitar também o que pode ser a índole de uma contribuição específica da Igreja Católica.

Tendo presentes os respectivos princípios e a estrutura dos dois textos, parece-me urgente tratar-se da implementação e gerenciamento dos conteúdos desses documentos, desde já, no que for possível, mas, sobretudo, depois de sua aprovação definitiva nas respectivas sedes. Grande parte dos planos e projetos, não raro reconhecidamente positivos em mui-

tos aspectos, fracassa no Brasil pela deficiência em seu gerenciamento. Esta falha sacrifica, quando não anula, a implementação do que foi penosamente estudado, discutido e elaborado. Não devemos incidir no mesmo erro em relação à educação. Ela constitui no Brasil um dos pontos de maior estrangulamento para a viabilização mesma de uma sociedade justa e democrática.

Para concretizarmos e acelerarmos implementação e gerenciamento de um projeto novo de educação no Brasil, considerado a partir dos enfoques de uma ou de outra área, a nacional e a eclesial, sugiro que *dois pressupostos* devem estar muito presentes à nossa atenção.

Primeiro, a consciência de que os processos e objetivos tradicionalmente propostos e ainda vigentes em boa parte da educação neste país devem passar por uma radical *mutação cultural*. *Radical* indica estar em jogo um nível profundo de transformações, de reorientação ou relacionamento dos próprios pressupostos básicos, em relação à educação. *Cultural* significa que não bastam aspectos de organização e métodos, de técnicas e práticas. É preciso ir a fundo e questionar os sentidos e significações, os valores e critérios, a própria visão de mundo subjacente às expressões de ação e comunicação da sociedade que quer educar.

Segundo, da tomada de consciência destes novos pressupostos culturais depende a índole da consideração sobre o papel da Igreja em relação à educação no Brasil, sua abrangência e seu alcance, sua con-

tribuição específica para a qualidade tanto dos conteúdos como das mediações desejáveis ou requeridos.

Da combinação destes dois pressupostos, deduz-se que a Igreja deve desenvolver, em comum com outras instâncias públicas e privadas, um esforço de persuasão junto à população sobre a urgência de uma *nova concepção e práxis de educação* no Brasil. Deve-se buscar também a necessária e urgente formação de uma *opinião pública* lúcida e vigilante em relação a essa questão. Deve-se criar uma força de pressão social que incentive, apoie e promova a criação da *vontade política* de real transformação educacional entre nós e a traduza, pelos canais institucionais de legislação e execução, em plataforma fundamental de uma nova educação no Brasil.

### **Quatro áreas prioritárias que implicam mutação cultural.**

01. *Garantia de oferta e concretização efetiva do ensino básico para todos.* A educação tem sido entre nós um processo elitista que beneficia a poucos. Isto se compreende, mas não se justifica, pelos pressupostos culturais de nossa sociedade não igualitária e efetivamente não democrática. Assegurado constitucionalmente a toda a população como um direito, o ensino básico e gratuito tem impedida a sua concretização por uma série de fatores. É preciso trabalhar para a superação destes fatores. Entre eles, contam-se a evasão escolar, a repetência, a falta de condições de saúde e alimentação.

“95% de uma geração ingressam na 1.<sup>a</sup> série do 1.<sup>o</sup> grau. Nesta série as matrículas contêm 54% de repetentes. A evasão entre a 1.<sup>a</sup> e a 2.<sup>a</sup> séries, ao contrário do que geralmente se pensa, é pequena, de apenas 1,9% da matrícula. Mas como as repetências se sucedem (a pedagogia da repetência), os alunos ficam “velhos” e acabam abandonando a escola para trabalhar. Assim, apenas 40% de uma geração conseguem terminar os oito anos do 1.<sup>o</sup> grau, 25% terminam o 2.<sup>o</sup> e 12% iniciam algum curso superior. Estes são os números para o país como um todo. A universalização do 1.<sup>o</sup> grau prometida pela Constituição de 1967 — ou seja, que todos os que comecem a estudar completem os oito anos de educação básica — só existe para os 2% mais ricos da população.

Se analisarmos os “descamisados”... os números são dramáticos: ninguém entra em um curso superior e menos de 5% terminam o 1.<sup>o</sup> grau.

Mas estes são apenas indicadores formais. O que não se mediu ainda, de forma estatisticamente significativa, é o que estes jovens aprendem em nossas escolas. Sabe-se pelo vestibular, que aqueles 12% que passam pouco sabem de português e, menos ainda, de matemática. E os 88% restantes?” (Sérgio Costa Ribeiro e Simon Schwartzman, “Educação e modernidade”, em *Jornal do Brasil*, 06.04.1990, p. 11).

É preciso, pois, somar forças para realizar esta prioridade, da qual praticamente todas as outras dependem em termos de projeto nacional de

educação. Este objetivo deve primar até mesmo sobre a preocupação com os adultos analfabetos, presentes muito embora ainda em números absolutos elevados. Com efeito, os adultos já estão de algum modo presentes na sociedade e nela inseridos por suas responsabilidades e trabalhos, ainda que informais e quase sempre precários. Eles têm assim, de modo indireto, uma alfabetização não-fonética mas funcional, através dos meios de comunicação social, sobretudo do rádio e televisão e da participação ativa no cotidiano sócio-cultural.

São cerca de 4,5 milhões de crianças, no Brasil, na faixa dos 7 aos 14 anos, que estão fora de qualquer escola. São cerca de 8 milhões as crianças de rua. São cerca de 16 milhões as crianças de algum modo carentes, carência que afeta o processo de sua educação. A solução a médio e longo prazo virá somente através da educação das crianças. Sem ela estaremos sempre no círculo vicioso de um problema que se realimenta e se agrava a partir de sua própria não-solução.

02. *Formação, treinamento, reciclagem e condigna remuneração dos professores.* Sem esta condição, não há como transformar a educação em profundidade. Urge dar ao magistério um estatuto de profissão reconhecida e apreciada a partir do alcance de sua missão e finalidade primeira. Esta é, antes de tudo, fazer surgir de dentro da pessoa a pessoa que ali dentro existe, ajudar e ensinar a ser, formar pessoas, suscitar cidadãos. Junto com a motivação, capacitação e qualificação pedagógi-

ca, urge dar ao professor a concepção educativa no processo de instrução e a percepção do educando na sua função de sujeito da educação e no seu contexto sócio-cultural específico. Uma antropologia definida é condição prévia, mas é hoje praticamente inexistente e o que há é fragmentário e eclético.

É preciso, pois, lutar por isto e criar condições econômicas para a viabilidade desta meta. Este objetivo deve ser seriamente demandado pela vontade política dos governantes e pela força da opinião pública, mas, particularmente, pelos próprios professores e educadores. Todas essas instâncias devem ser sistematicamente conscientizadas em relação a esta urgência e mobilizadas para sua consecução.

03. *Educação como investimento.* As duas áreas anteriormente mencionadas pressupõem a mutação cultural, pela qual se passa a ver a educação primordialmente como investimento e não só ou sobretudo como gasto e consumo. Isto que é hoje percebido apenas por um pequeno contingente das classes mais favorecidas economicamente, deve vir a ser compreendido por toda a população e, sobretudo, pelo poder público, legislativo e executivo, em todos os níveis, federal, regional, estadual e municipal. Desta mutação cultural depende a realocação de recursos e a reelaboração dos orçamentos públicos e privados. É preciso pôr a serviço desta visão toda a máquina educativa do país, em todos os seus níveis, de modo a formar e mobilizar a opinião pública

em relação a esta nova visão e concepção da educação.

Em base a estas premissas, a Igreja teria condições de retraduzir o seu discurso em relação ao seu direito de participação na formação pedagógica da população. Mantido o fundamento jurídico do pluralismo sócio-cultural e da liberdade de escolha familiar, que prevalecem, em geral, na atual postura eclesial, a Igreja passaria a operar primordialmente com argumentos finalísticos funcionais. Estes seriam reforçados pela urgência de subsidiariedade econômica e de descentralização administrativa. Sem negar a força interna de uma argumentação de cunho bíblico e teológico ou de uma afirmação de autoridade moral, tais enfoques e pressupostos são, contudo, mais compreensíveis para uma sociedade secularizada e não raro laicista. Eles têm sido aplicados por esta mesma sociedade no campo estritamente econômico, como é o caso das privatizações e dos princípios da reforma administrativa. São também pressupostos de mais fácil tratamento tanto no debate parlamentar, quanto nos grandes meios de divulgação e comunicação.

Em base também a essas mesmas premissas, a Igreja teria como repensar internamente e traduzir institucionalmente a sua participação efetiva e instrumental na educação formal e informal, tendo em vista tanto as transformações da sociedade, quanto as suas próprias mudanças eclesiais internas: redução dos efetivos religiosos, potenciamento de quadros leigos, presença nos meios de comunicação e em outras media-

ções atuais de grande alcance, no plano da educação formal e informal, popular e erudita, inter e multidisciplinar, estatal e de livre iniciativa.

04. *Educação como formação integral*. Este é um outro pressuposto que pode contribuir decididamente para a mutação cultural que se pretende na concepção e na práxis da educação. Implicam-se aqui alguns elementos indispensáveis.

a. A superação da educação como informação e mera instrução pelo mestre, enciclopédica e memorativa, mimética e passiva, eclética e essencialista. Urge o potenciamento de uma educação ativa, criativa, personalizada, holística e integrada. Não se deve cair, no entanto, em improvisações desqualificadas, em posturas anti-intelectualistas ou em tendências de simplística ruptura com o passado e de sua depreciação sistemática.

b. Valorização de uma educação crítica e orientada à formação da liberdade, à expressão da originalidade, ao fomento de uma perspectiva relacional e, portanto, à superação da pura individualidade fechada sobre si mesma. Formação, pois, do indivíduo em sociedade e para a sociedade. Educação libertadora e transformadora, dialógica e dialética, participativa e democrática. Só por aí se educa o cidadão para o pleno exercício de sua cidadania, de sua expressão ética, individual e social, de sua consciência de efetiva responsabilidade.

c. Valorização de uma educação atenta aos valores culturais de hoje

e à consciência da identidade cultural e/ou nacional, subsidiariamente situada em um contexto universal de interdependência e pluralidade culturais.

Em base a essas premissas, a Igreja pode e deve oferecer, em uma sociedade e cultura pluralista como a nossa, sua *antropologia cristã* de fundo. Trata-se de uma antropologia realista e humanística, na qual a Igreja coincide praticamente com as intuições mais válidas da humanidade em suas diversas culturas, embora a formule especificamente. O documento "*Educação: exigências cristãs*" aponta dez características desta antropologia na percepção e compreensão do sujeito educando. Ele é um ser criado à imagem de Deus, é um ser cultural aberto ao mundo e à transcendência, um ser histórico e transformador, ser relacional e dotado de liberdade, é marcado pelo pecado e amado e salvo por Deus, é um ser em conflito (ver Dom Lucas Moreira Neves, "Um ideal da educação", em *Jornal do Brasil*, 07.11.90, p. 11).

Esta antropologia cristã reduplicada pelas conotações e características indicadas nas prioridades maiores acima elencadas, constitui um todo, a ser articulado e correlacionado de modo coerente. Só assim este todo terá sentido e se fará aceito fora da Igreja e mesmo dentro dela. Este conjunto pode ser considerado como o *pressuposto cultural para uma nova concepção e práxis de educação*, resultado de uma mutação cultural em relação ao que hoje temos em matéria de educação.

A Igreja, pois, deve trabalhar ecumenicamente para ajudar a sociedade a compreender a necessidade e a possibilidade de um projeto educacional com estas perspectivas. Todas as forças da sociedade — e a Igreja com elas — devem lutar para que o Estado faça a sua parte na viabilização e execução constante deste serviço à população. Cabe, pois, uma contribuição específica da Igreja ao Estado na formulação do projeto. Mas é preciso fundamentar bem a razão deste direito a contribuir. Ele não é evidente na sociedade de tendência laicista em que sempre mais se vai tornando a nossa. É indispensável também que a Igreja garanta a qualidade e excelência tanto de seu conjunto de conteúdos, como da expressão deles na sua própria práxis educativa. Só daí e não de uma autoridade a priori surge a credibilidade necessária à aceitação desta colaboração e contribuição eclesial, pela sociedade como um todo e pelo legislador, concretamente.

## Conclusão

Propusemo-nos considerar quatro prioridades na educação que nela implicam, no Brasil, uma profunda *mudança cultural*. É um foco definido e bem delimitado. Com ele não se exaure a problemática da educação. Tocam-se, porém, filões fundamentais. Tomados singularmente, mas sobretudo na sua interrelação e

interdependência, eles são, só por si, um programa básico sem o qual é vã e precária toda tentativa de um resgate da educação neste país.

É evidente que estas quatro prioridades se situam num contexto pedagógico bem mais amplo. É indispensável também que sejam criadas ou valorizadas outras mediações como a família e as múltiplas instâncias da sociedade civil. Direta ou indiretamente, elas são fatores dinâmicos de práticas educativas e, sobretudo, de uma coerente e consistente práxis de educação. A nação, o estado, o governo e as várias instituições públicas ou privadas formam ou deformam, constroem ou destroem, por aquilo que são e pelo seu modo de agir. Não bastam os conceitos e as diretrizes e, menos ainda, uma postura de espectador, resignada e conformista.

Em todo este conjunto de atores e mediações, é indispensável desenvolver a consciência crítica e a prática da constante avaliação. Só assim não se incidirá novamente na percepção redutora do processo, na submissão ideológica e/ou manipuladora impositiva ou no mero idealismo utópico dos grandes princípios, efetivamente frustrados ao nível histórico de sua realização. Só assim serão assegurados a concepção, a elaboração, a implantação e o gerenciamento de um projeto realmente novo de educação no Brasil. □

---

Ninguém aprende a rezar melhor com base em raciocínios. Só se reza melhor porque o sopro do Espírito encontrou condições de se manifestar (Pe. Marcos de Lima, SDB).

# ECOLOGIA: PERSPECTIVA ÉTICA

*Nem tudo o que existe  
foi feito para a utilidade imediata  
do ser humano.  
O mundo da natureza expressa  
a liberdade criadora e a alegria de Deus.*

**Frei Antônio Moser, OFM**  
Petrópolis, RJ

Indiscutivelmente a Ecologia encontra-se entre as grandes questões da atualidade. Dados alarmantes apontam para a seriedade do problema. Conseqüentemente multiplicam-se congressos, simpósios, artigos e livros, para todos os níveis e todos os gostos. Tudo isso está provocando uma consciência bastante generalizada das ameaças, que pairam sobre todas as formas de vida na terra, ao mesmo tempo que faz surgir as mais variadas buscas de solução.

Também no campo teológico se multiplica a literatura. Significativamente já existe até um dicionário de ecologia (1). Assim, quem aborda esse tema deve pressupor muitos dados tanto científicos, quanto teológicos, buscando tão-somente orientá-los para iluminar um ângulo que julga ainda não suficientemente ex-

plorado. A nosso ver as várias abordagens se ressentem ainda de uma maior clareza sobre as várias leituras e conseqüentes posturas éticas diante do problema ecológico. Esse vai ser o eixo central do nosso enfoque.

Por isso, numa primeira unidade, depois de um aceno para a multiplicidade de aspectos, ressaltaremos os acentos diferentes nas várias abordagens. Em seguida, buscaremos um embasamento teológico que dê suporte a um enfoque ético sintonizado com o todo da tônica latino-americana face à Ecologia. Finalmente, já numa abordagem estritamente ética, enfocaremos posturas teóricas e práticas que nos parecem indispensáveis para viabilizar vida nova para todos e em todos os sentidos.

## I. ABORDAGENS DIVERSIFICADAS DE UM SÓ PROBLEMA

Uma consulta sumária do elenco bibliográfico de uma centena de livros e artigos, nos assegura que as preocupações ecológicas não são muito antigas. Com raras exceções (2) datam dos inícios dos anos 70 (3). O aparecimento de abordagens teológicas mais consistentes exigiu alguns anos a mais (4). Como também são recentes os enfoques teológicos, e, particularmente éticos, que revelam uma contribuição latino-americana significativa (5).

Entretanto, hoje não só a bibliografia de cunho teológico e científico se faz abundante, como se pode verificar um real aprofundamento das questões centrais ligadas à Ecologia. Assim, no campo científico e teológico, ninguém mais confunde Ecologia com eventuais passeatas em favor do azul do firmamento, da preservação das matas e da limpidez das águas. Pelo contrário, muitas dessas manifestações são encaradas ou como superficiais, ou como manobras ideológicas destinadas a acobertar os problemas e a inviabilizar as soluções (6).

Duas coisas, ao menos, ficam evidenciadas nesta altura da consciência científica e teológica: a multiplicidade de aspectos que envolvem a Ecologia e os diferentes enfoques tanto a nível de compreensão do problema, quanto das conseqüentes soluções apontadas.

### 1) A multiplicidade de aspectos

O despertar de uma consciência ecológica parece ligado, num primei-

ro momento, a fenômenos palpáveis de destruição da Natureza. Entre estes destacam-se o desmatamento avassalador, a desertificação em várias regiões da terra, e sobretudo as várias formas de poluição (7). A poluição atômica, sonora, do ar, das águas, a contaminação da terra por agentes químicos e plásticos não degradáveis foram como que os primeiros sinais de alarme. Mas, logo em seguida, ficava patente que a crise ecológica como que se entrelaçava a muitos outros aspectos aparentemente desvinculadas da questão: grandes concentrações urbanas; acelerado crescimento demográfico verificado sobretudo nos países e regiões pobres; o subdesenvolvimento, a própria pobreza, que aflige dois terços da humanidade; falta de condições habitacionais, de higiene, saúde; a ameaça do esgotamento de matérias-primas; a guerra, etc. (8). E com isso se faz mais claro que a Ecologia deve ser entendida como inter-relação, no seu sentido mais amplo, que aponta para uma simbiose entre ser humano-sociedades-meio ambiente; e isso a nível local, regional, nacional e internacional (9). Enfim, a crise ecológica passa a ser vista não só em dimensões amplas, como também profundas. Trata-se de uma questão de vida e de morte e que exige uma reestruturação global.

Com isso o campo já se encontrava preparado para se chegar a um marco decisivo: o das relações humanas e dos modos de produção, que no fundo se recobrem. Acontece

que nenhuma leitura da realidade, por mais científica que seja, pode ser considerada ideologicamente neutra. Pelo contrário, ela sempre traduz o seu *lugar social*. Por isso mesmo, não surpreendem as leituras diferentes do problema ecológico. Uma é a que se faz no Primeiro Mundo; a outra a que se faz no Terceiro.

Não nos parece que os contrastes nas abordagens de Primeiro e de Terceiro Mundo devam, forçosamente, ser apresentados como excludentes. Também não se trata de fazer um inventário completo, e sim, de ressaltar alguns aspectos centrais. Mas, com certeza, vale à pena fazer um certo paralelo, já que as diferenças aparecem tanto no ponto de partida, quanto nas conclusões.

## **2) Compreensão a nível de Primeiro Mundo**

Pretendemos apontar apenas três aspectos, interligados, que nos parecem caracterizar bem a compreensão própria do Primeiro Mundo: o primeiro pode ser enucleado em torno do desenvolvimento; o segundo em torno da técnica; o terceiro, mais teológico, em torno do binômio ser humano — Criação.

A cultura ecológica elaborada no Primeiro Mundo só pode expressar sua experiência vivida em meio ao bem-estar geral (10). O ponto de partida é sempre o mesmo: uma sociedade triunfante, embevecida com suas conquistas em todos os campos, mas ao mesmo tempo temerosa de perdê-las. Como manter aquilo que foi alcançado e garantir uma evolução futura? Eis a questão.

### **a) Desenvolvimento**

Falar em Primeiro Mundo é falar de nações que não apenas se consideram *desenvolvidas* ou mesmo *superdesenvolvidas* em todos os aspectos, mas que lutam por manter-se nesta condição. Em confronto com um Mundo *subdesenvolvido* e *atrasado*, essas nações confiavam nos seus êxitos e se negavam a questioná-los mais profundamente. Vigorava a certeza de que a concepção medieval, de um mundo ao mesmo tempo fechado e finito, tinha sido definitivamente superada (11) pela concepção de um mundo aberto e infinito nos seus desdobramentos.

Os revezes, porém, são por demais evidentes para serem negados. É neste contexto que a crise ecológica levanta uma série de interrogações sobre o mito de um progresso linear e infinito (12). A crescente escassez da matéria-prima, a degradação do meio ambiente e das relações humanas, vieram derrubar as certezas imediatamente anteriores. A conclusão é evidente: já que os recursos são limitados, é preciso impor-se uma conversão ecológica dentro de uma auto-limitação (13) e até um ascetismo (14). Ademais, é uma ilusão pensar que toda a humanidade possa viver em padrões de Primeiro Mundo (15).

### **b) A primazia tecnológica**

A tecnologia é a mola mestra de todo o desenvolvimento industrial. Tanto assim que o mundo pode ser dividido entre os que alcançaram e os que ainda não alcançaram uma

tecnologia mais sofisticada (16). Ao menos indiretamente é também a mola mestra dos vários "milagres econômicos" e até mesmo do que se chama de "modernidade" (17).

Por isso mesmo, ainda que normalmente sejam reconhecidos seus efeitos colaterais negativos, a tecnologia mesma não é posta em questão. Já é muito quando se admite que seu uso é ambivalente, apresentando vantagens e desvantagens (18). Mesmo assim, ela continua sendo vista como a grande esperança do reequilíbrio ecológico (19). A eficiência da técnica apresenta-se como inquestionável. Assim se passa, mais ou menos ao largo dos modos de produção e do sistema sócio-econômico que orientam a tecnologia. Corretivos sim; questionamentos de fundo, não.

### c) *O ser humano na Criação*

O contexto e as coordenadas acima delineados explicam também o forte antropocentrismo que dominou a reflexão teológica nos últimos decênios, até há pouco. Avanço tecnológico e antropocentrismo mantêm vínculos muito estreitos. O ser humano é o "rei" da Criação, a quem é confiado o "domínio" do mundo. Dessacralização e secularização completam o quadro.

É certo que um célebre artigo de White (20), culpabilizando o judeu-cristianismo como raiz última da crise ecológica, obriga a reflexão teológica a certas nuances. Em vez de traduzir o termo *masal* por "dominar" prefere-se traduzi-lo por "governar" ou "administrar" (21). Ade-

mais, a discussão sobre o antropocentrismo se faz presente em várias obras de peso (22). Ou seja, mesmo em termos de Primeiro mundo se faz presente um filão de cunho crítico à absolutização do antropocentrismo. Mas só raramente (23) o restante da Criação aparece como tendo um sentido em si mesma.

### 3) **Compreensão a nível de Terceiro Mundo**

Os vários Mundos não podem ser entendidos devidamente quando se pensa apenas em termos geográficos. Mesmo nas nações mais desenvolvidas existem bolsões de pobreza, como em nações subdesenvolvidas existem bolsões de riqueza. Por isso mesmo, não causa estranheza que cientistas e teólogos geograficamente estabelecidos no Primeiro Mundo assumam teses do Terceiro; e vice-versa.

Novamente, sem a pretensão de esgotar os múltiplos ângulos, parece-nos que bastaria apontarmos para três para percebermos que se trata de uma compreensão realmente diferente. Vamos privilegiar a perspectiva político-social; o acento biocêntrico e processo global de libertação.

#### a) *Perspectiva político-social*

Evidentemente ninguém pretende negar a sinceridade das análises feitas em nível de Primeiro Mundo, e muito menos sua profundidade. Entretanto, pelo seu próprio *lugar social*, compreende-se que retratem os interesses do Primeiro e não do Terceiro Mundo; os interesses das nações desenvolvidas, e não subdesen-

volvidas; os interesses dos ricos, e não dos empobrecidos.

A própria tese de que é preciso colocar um freio no desenvolvimento e no consumo, é ideologicamente suspeita. Pois enquanto para o Primeiro Mundo se trataria de evitar os excessos do consumismo, para as nações pobres se trataria de negar-lhes o acesso ao mínimo necessário para a sobrevivência de bilhões de pessoas (24). Assim, a explosão indignada de cunho ecológico contra tentativas de conquistar novos espaços, necessários para a prover o necessário para populações empobrecidas, ressoa mais como uma conspiração sinistra dos países ricos para manterem o *status quo* (25).

Numa visão de Terceiro Mundo, uma coisa é certa: a Ecologia não diz respeito apenas ao relacionamento entre seres humanos e *natureza*, mas do relacionamento dos homens entre si (26). As causas profundas dos problemas ecológicos encontram-se nos mecanismos de dominação próprios de um sistema sócio-econômico discricionário (27). Por isso mesmo, não teremos melhora em termos de meio ambiente, sem uma reestruturação global dos mecanismos sociais, econômicos e políticos (28). Daí, com razão, se falar sempre mais, no de Terceiro Mundo, de uma *Ecologia social* (29) ou de uma *Ética sócio-ambiental* (30) associando-se indissociavelmente Ecologia e justiça social (31).

#### b) O acento biocêntrico

Um segundo aspecto caracteriza o enfoque provindo do Terceiro Mundo: o acento biocêntrico.

Para todos parece sempre mais evidente que tanto a sobrevivência da humanidade, quanto a qualidade de vida, encontram-se estreitamente vinculadas ao meio ambiente. Preservar e restabelecer o equilíbrio ecológico é uma questão de vida ou de morte (32). Mas nem para todos a evidência acima assinalada tem o mesmo significado. Enquanto o enfoque próprio do Primeiro Mundo continua privilegiando o antropocentrismo, o enfoque próprio do Terceiro Mundo desloca esse acento para o biocentrismo (33). As demais formas de vida não podem ser pensadas só a partir do ser humano: elas apresentam um significado próprio nelas mesmas como expressão criadora de Deus e de seus planos. É preciso não esquecer que "a Natureza precede ao próprio ser humano" (34). A Ecologia não pode ser encarada como a ciência e os movimentos destinados apenas a preservar a vida humana na terra: elas apontam para o todo da Criação.

Ora, isso só é possível com uma superação do antropocentrismo exacerbado. "Nem tudo o que existe foi feito para a utilidade imediata do ser humano; este não pode, por conseguinte, julgar tudo do seu ponto de vista. O mundo da natureza expressa a liberdade criadora e a alegria de Deus" (35).

#### c) O processo global de libertação

A libertação se constitui no núcleo central da Teologia de cunho Latino Americano. A gravidade dos problemas sócio-econômicos e polí-

ticos fez com que, num primeiro momento, outros aspectos e dimensões ficassem na sombra. Foi exatamente o que aconteceu com a Ecologia.

Hoje, essa não apenas surge numa **linha de frente**, como é entendida como expressão nítida do que significa *libertação*. Ela vem articulada com a luta pela justiça social, com a conflitividade inerente às relações Norte-Sul e aos interesses das nações ricas e pobres (36), com a opção pelos empobrecidos (37) e com todas as linhas mestras da Teologia da Libertação.

Sobretudo, hoje já se percebe melhor que a Libertação não se efeti-

vará de modo parcelado, por setores, classes sociais, etc. Assim, por exemplo, o processo de libertação dos indígenas, dos negros, da mulher, das discriminações, dos mecanismos econômicos e políticos ou é simultâneo ou não atingirá seus objetivos (38). Ou seja, a *Libertação* envolve o todo do humano. Ela é um processo global, já que os mecanismos de opressão e destruição encontram-se estreitamente vinculados uns aos outros. Por isso mesmo, a Ecologia não pode ser vista nem enfrentada como um problema à parte. Ela faz parte de um todo, envolvendo toda a casa da humanidade, ferida de morte.

## II. EMBASAMENTO TEOLÓGICO

Por mais que se queiram valorizar as ciências humanas e do social, por mais que se queira valorizar a interdisciplinariedade, elas são incapazes de compreender e enfrentar os problemas humanos sozinhas. Chega um momento em que se deve perguntar pelo sentido último de todas as coisas. Reconhecidamente as ciências são parciais. Cabe, exatamente à Teologia, propor o que ela possui de próprio: "uma visão global do homem e da humanidade (39).

A busca do sentido último da Ecologia, vista em toda sua amplitude, nos aconselha a nos perguntarmos novamente pela tarefa humana nos planos de Deus. Como articular dialeticamente planos de Deus e participação humana? Mas quem se pergunta pelos planos de Deus não pode deixar de confrontá-los com os

planos dos homens. E quem confronta planos de Deus e planos dos homens vai deparar-se com a realidade do pecado. Não de um pecado "in abstracto", mas de um pecado que se historiza e assume conotações sócio-estruturais.

### 1) Tarefa humana: transformar o caos num cosmos

Não nos parece necessário nos determos na Teologia da Criação, já exaustivamente estudada (40). Pela mesma razão, podemos pressupor a *Teologia do processo*, que tematiza a dinamicidade da obra criadora (41). Ademais, todas as Teologias, tanto do Primeiro, quanto do Terceiro Mundo, abrem espaço para o ser humano. A dificuldade que persiste é no como vem trabalhada esta relação.

Anteriormente já descartamos o antropocentrismo exacerbado. A Natureza não é simplesmente matéria disponível ou caos a ser organizado. Ela tem valor próprio, que lhe advém do mesmo Deus Criador (42). Também deixamos transparecer que compartilhamos com um *acento* biocêntrico. Mas parece-nos que exagerado falar em biocentrismo. Pensamos em termos mais dialéticos, onde o ser humano não pode ser pensado sem o mundo, nem o mundo sem o ser humano. Ambos fazem parte dos projetos indissociáveis do Criador.

Agora julgamos ser necessário avançar mais nesse processo dialético, onde a categoria central não seja a da harmonia prévia, mas exatamente da conflitividade.

Por mais tentadora que possa parecer, a compreensão paradisiaca de um cosmo harmônico em si mesmo, não corresponde à realidade. Toda a Criação é perpassada por contrastes e por uma conflitividade, onde sempre se impõe o mais forte. No reino animal e vegetal um ser vive, literalmente, da morte de outro. O mundo criado, quando lido com os olhos da razão, está longe de ser um *cosmos*. Ele parece mais um *caos*, como vem sugerindo no início do Gênesis. Por isso mesmo, a responsabilidade humana não é só a de conservação; é também de transformação criativa (43).

Numa visão de fé, contudo, os contrastes e até conflitos correspondem a uma etapa de uma obra ainda não totalmente concluída. Ao menos pelo que podemos intuir da *atual condição humana*, não cabe aos se-

res humanos sonhar com um mundo previamente harmonizado. A pedagogia divina parece não corresponder aos nossos sonhos superficiais e simplistas. Mesmo após a ruptura inicial, Deus oferece caminhos bem mais sábios e empolgantes para seus filhos e filhas. Ele não os vê apenas como beneficiários, mas como cooperadores ativos no projeto criador. A harmonia da natureza existe, efetivamente; mas de forma latente. Ela deverá ser desentranhada pela atuação humana. Cabe aos humanos *administrar* a conflitividade; não somente a que reina entre eles, mas também entre eles e os demais seres vivos. A Natureza nem sempre é a amiga incondicional da humanidade, como por vezes vem decantada. Basta pensar nos cataclismas, que não dependem do homem. De alguma forma, devemos dizer que a Natureza dá e tira (44). A sinfonia harmônica não só é possível, como é desejada. Só que na pauta transparecem não apenas notas puras, como também sustentidos e bemóis. Aos seres humanos cabe fazer os arranjos, que tanto podem produzir a sensação de beleza sem par, quanto podem infernizar seus próprios ouvidos e os dos demais seres vivos.

A boa execução da grandiosa sinfonia apresenta, porém, alguns requisitos. O primeiro deles diz respeito a uma atitude fundamental: a consciência da condição criatural. Os seres humanos não podem considerar-se como senhores, nem dos instrumentos, nem da música. E aqui já aparece um segundo requisito: essa sinfonia tem que obedecer

a uma pauta, traduzida em resumo no que a Sagrada Escritura denomina de as "Dez Palavras" (45). O terceiro requisito pressupõe que a sinfonia seja executada por muitas mãos conjugadas.

Outra comparação pode ser ilustrativa para o que tentamos dizer: o mundo criado se apresenta como um jogo de xadrez. Na medida em que ele for executado de acordo com as normas, torna-se fascinante, e ressalta a inteligência dos parceiros. Mas na medida em que for executado sem o conhecimento ou com desprezo das regras do jogo, ele se transforma numa confusão cheia de tédio e dissabores. E aqui nos defrontamos com os planos humanos.

## 2) Os planos dos homens

Deixamos de falar de planos humanos para falar de planos dos homens, porque efetivamente os planos dos homens não incluem as mulheres. Por isso mesmo são tão brutais e divinamente pouco criativos.

Desde o início ocorre sempre a mesma repetência: o Criador apresenta seus planos, mas os homens preferem ignorá-los, ou até contrapor outros planos. Já na sua raiz o homem tende a armar seu próprio jogo e a impor seus pequenos planos, recheados de concorrência, egoísmo, ganância e outros tantos impulsos mesquinhos. O resultado é o que estamos vendo nos múltiplos aspectos da crise ecológica: a Natureza, agredida continuamente, se volta contra o homem. O que deveria constituir-se num cosmos, não

só se apresenta como um caos aparente, mas se transforma num caos real.

Um raciocínio teológico semelhante pode ser apresentado com respeito à sociedade. Uma primeira leitura vai detectar uma conflitividade irreduzível. Tudo parece conduzir para confrontos contínuos e sempre mais profundos. Raças, culturas, sexualidade, história, e até religiões, carregam consigo as marcas do confronto.

E, no entanto, aqui novamente, se ressalta a sabedoria dos planos divinos. Uma humanidade previamente harmônica e padronizada, só poderia constituir-se numa humanidade empobrecida. A tentativa de "padronizar" é novamente a manifestação da pequenez humana. A grandeza e a sabedoria divina se manifestam exatamente pela criação das diferenças, e mesmo das polaridades, destinadas a serem energia capaz de gerar um enriquecimento mútuo e contínuo. Assim, é mantendo as diferenças, mas na reciprocidade, que a multiplicidade de criaturas, a multiplicidade de povos, raças, e religiões poderiam se fecundar mutuamente.

## 3) O pecado se faz história

O pecado percorre todas as páginas da Sagrada Escritura e é tema obrigatório de toda a história da Teologia. Não há nada de surpreendente nisso: já que ambas tematizam a salvação, obrigatoriamente deverão tematizar a salvação *do pecado*.

Durante muitos séculos o pecado foi entendido de uma maneira por

demais abstrata e individualista. Um dos méritos da Teologia atual, sobretudo na sua vertente latino-americana, consiste justamente em mostrar como o pecado se faz história, assumindo conotações sócio-econômicas e políticas, além de uma evidente conotação religiosa.

É certamente nisto que se pensa quando se fala, em linguagem teológica, de "pecado social"; ou em linguagem doutrinária de "estruturas de pecado" (46). Embora não seja aqui o lugar de desenvolver essa problemática, conviria ressaltar alguns aspectos referentes à questão que nos ocupa.

Antes de mais nada, parece não pairar dúvidas de que as estruturas de pecado radicam, em última análise, no coração humano. Por isso mesmo, nunca se podem perder de vista as responsabilidades pessoais (47). Contudo, parece também certo que ficar apenas numa compreensão pessoal do pecado não traduz nem a sua profundidade, nem a fidelidade à Grande Tradição, de cunho bíblico-patristico. É justamente essa Grande Tradição que se procura recuperar quando se fala de "pecado social" (48).

Igualmente, a força destruidora do pecado não transparece de modo suficientemente claro quando se pensa numa espécie de mera soma, de pecados individuais. O "pecado social" traduz aquela compreensão que resgata as responsabilidades sociais, mas lidas em chave social. Por isso mesmo, vai mais longe, desmascarando o pecado em sua configuração histórico-social e até cósmica.

E assim chegamos a um ponto central para a compreensão dos problemas constatados no campo ecológico, interligado ao da justiça: esses problemas apontam para o pecado que assume uma fisionomia determinada, e que, na linguagem do Papa Paulo VI se chama "sistema iníquo" (49). E aqui se localiza a origem imediata dos problemas.

A primeira experiência da humanidade, e que se estendeu durante milênios, foi a de sua pequenez, diante da grandeza da Criação. O ser humano se compreendia como uma parte menor de um todo maior.

Contudo, desde o humanismo, e mais ainda a partir do racionalismo, que atingiu seu auge no chamado "século das luzes", o ser humano foi mudando a compreensão que tinha de si mesmo. Apoiado nas ciências, ele desenvolve a tecnologia; e desenvolvendo a tecnologia, passa a considrear-se sempre mais como centro isolado do universo (50), o "rei da criação". E, quando os seres humanos se põem a "reinar" contra os planos divinos, brotam inevitavelmente a injustiça, a guerra, a dominação, a exploração, a nível de povos e a nível de pessoas. Não é por nada que o primeiro pecado vem descrito com uma frase-chave: "sereis como deuses".

A virada antropocêntrica, em si mesma, nada tem de mal. Acontece que a nova consciência de ser "o Senhor do Universo" o levou a não mais conviver com as demais criaturas, mas a atuar *sobre* elas, e até contra elas, manifestando de modo mais acentuado o que já estava em

germem desde o início: a perda do sentido profundo da Criação.

Aqui começam os problemas ecológicos propriamente ditos, em larga escala. A revolução industrial não foi mais do que um desdobramento de uma *consciência de poder*. Hoje, mais do que nunca, se faz sempre mais patente que a crise ecológica põe em questão todo *um modo de agir e de pensar* (51) do homem moderno. Ao tomar distância da Natureza, acaba perdendo a consciência dos liames vitais que o prendem a ela, nada mais vendo do que os lucros imediatos.

De fato, se aplicado o princípio do máximo rendimento, sem atender a outros critérios, o ser humano entra num circuito implacável de destruição. Para obter maior lucro, faz-se necessário criar necessidades artificiais; para atender às necessidades artificialmente criadas, impõe-se uma maior produção, com um mínimo de despesas. Daí a incúria pelos efeitos danosos ao meio ambiente;

### III. BALIZAMENTOS ÉTICOS

Indiscutivelmente, em termos ecológicos, nós nos encontramos diante de desafios inusitados, tanto pela profundidade da crise, quanto por sua amplitude. Exatamente por isso, ao lado dos estudos multiplicam-se as buscas de uma solução. E é nesta altura que a abordagem ética se torna imprescindível. Curiosamente, "oikos" e "ethos" remetem para uma mesma idéia: ambas dizem respeito à "casa" da humanidade. Há, com certeza, aspectos técnicos, que

daí as concentrações urbanas e industriais.

O que é mais trágico, porém, é que esse sistema de produção não se volta apenas contra a natureza: ele se volta implacavelmente também contra os semelhantes. Estribados no princípio da lei do mais forte, estimulados em sua ganância e egoísmo, os mais poderosos vão assambrando para si aquilo que o Criador previra para o uso de todos. A acumulação de riquezas exige, em sua lógica interna, não só a exploração do meio ambiente, mas também a exploração desapiadada dos próprios semelhantes. E através das coisas criadas que um homem domina dos problemas ecológicos e também a causa histórica dos problemas no campo da justiça. Por isso, também a superação dos problemas ecológicos só é viável através da superação das injustiças que marcam a humanidade de hoje. Não há dúvida de que a solução dos problemas ecológicos aponta para o campo ético.

não podem ser ignorados. Mas há também posturas éticas sem as quais a técnica pouco conseguirá (53).

Por sua própria razão de ser, a Ética não se constitui num departamento estanque. Pelo contrário, ela só poderá contribuir para uma práxis libertadora na medida em que se revestir de um caráter interdisciplinar, tanto de um ponto de vista científico, quanto teológico. De alguma forma, a parte ética sempre se

apresenta como uma espécie de conclusão de coordenadas colhidas anteriormente. Ou seja, a abordagem ética já está implícita nas abordagens anteriores.

Ora, vimos acima que a compreensão científica e teológica do problema ecológico apresenta tônicas bem diferentes, embora não forçosamente excludentes. O mesmo vai ocorrer na compreensão ética. Só que aqui conviria introduzir uma tônica intermediária. Teríamos assim, posturas éticas, teoricamente ao menos, aceitas por todos; posturas mais ousadas; posturas mais profundamente inovadoras, que servirão de conclusão.

### 1) Posturas éticas normalmente aceitas

Em meio às inúmeras abordagens é impossível fazer um inventário completo. Mas, certamente será útil ressaltar ao menos algumas coordenadas básicas.

Os desafios representados pela crise ecológica não são apenas teóricos, mas sobretudo práticos (54). Mesmo tentando evitar um tom apocalíptico, ninguém pode duvidar de que chegamos a uma situação limite. A prosseguir neste caminho, a humanidade acabará por destruir o meio ambiente, e portanto, a si mesma. Daí os freqüentes apelos à *conversão*, no sentido mais profundo e evangélico do termo. Abandonar um modo de pensar e agir, para abraçar outro. Nós nos encontramos como que diante de uma *visita de Deus*, que recorda Seus planos em meio a uma *krisis* sem precedentes

(55). É certo que Deus é sempre um Deus que salva; mas, de acordo com a Revelação, Ele interpela, mas aguarda a resposta humana.

A resposta positiva aponta para várias direções, que podem ser lidas em dois níveis: o da racionalidade e o da fé, se interpenetrando (56).

a) *Utilização mais racional dos recursos naturais.* Se a exploração desenfreada destes recursos prosseguir na trilha em que se encontra, catástrofes maiores são previsíveis. "Só uma cultura acética das coisas poderá livrar-nos da civilização do consumismo desumanizante" (57). Isso não diz respeito apenas ao consumismo, mas também ao nível da produção de bens. Como mero "administrador" o ser humano não pode desperdiçar perdulariamente aquilo que lhe foi confiado para suprir as necessidades básicas de todos os vivos.

b) *Respeito à vida em todas as suas formas.* A Ecologia nos lembra exatamente isso: todos os processos de vida encontram-se como que encadeados pelos anéis de uma mesma corrente. O que está em jogo não é simplesmente a estética, mas a própria sobrevivência humana. E não só a sobrevivência, mas também a qualidade de vida (58). Por trás de todas as formas de vida, até daquelas mais singelas, encontra-se sempre o Deus da Vida, que quer que todos tenham Vida em abundância. Mas isso só é possível na medida em que a atuação humana se concretizar em comunhão, tanto com o Senhor da Vida, quanto com todas as formas de vida.

c) A superação dos dramas ecológicos apresenta uma face voltada para trás e outra para a frente. Ou seja: há um aspecto de *reconstrução* daquilo que foi destruído, e há outro de *preventivo*. Há ainda uma face voltada para o presente, e outra para o futuro. A própria interligação dos anéis da corrente da vida nos assegura que o rompimento de um elo deverá ser refeito, e que o elo seguinte depende dos anteriores.

d) Pode-se mesmo estabelecer um catálogo de *virtudes* ecológicas (59) que quase todos assinariam: justiça, prudência, sobriedade, fortaleza. A lista de virtudes poderia continuar indefinidamente (60): descobrir e respeitar a natureza; compartilhar os bens com todos; unir esforços; humanizar através da técnica; buscar sistemas alternativos; proclamar e defender a Carta Magna; opor-se à destruição da flora e fauna; instaurar uma pedagogia ecológica; passar do utilitarismo à celebração cósmica. Tudo isso tem seu valor. O problema consiste na compreensão e na operacionalização de cada uma delas. Certamente não significam a mesma coisa para quem vive na abundância e para quem vive na miséria; para quem procura orientar sua vida pelos planos divinos, e para quem os ignora sistematicamente.

a) Também se chega a um fácil acordo no tocante a *respostas insuficientes, ou mesmo descartáveis*:

— *O romantismo teve seu tempo*. Ainda hoje pode servir para despertar sentimentos ecológicos. Mas nes-

ta altura, quando os danos ecológicos já atingiram índices alarmantes, os sentimentos pouco ajudam. Isso particularmente quando se tem em vista que a “máquina” da destrutividade continua funcionando a todo vapor. Não vem ao caso pensar numa *ressacralização* da Natureza. Ela, certamente, não é intocável. Isso viria contrariar a missão confiada aos seres humanos, convocados a exercer o papel de cocriadores (61).

— Reservar a solução do problema para *experts*, é outra ilusão. Por maior que seja sua competência, nem a restauração, nem a prevenção depende só deles. O mesmo se pode dizer da confiança na *consciência individual*, já que o drama ecológico apresenta dimensões nitidamente políticas, econômicas e sociais. A crise ecológica obriga a humanidade toda a desistir de não só de olhares, mas também de soluções parceladas (62).

## 2) Posturas mais ousadas

As colocações precedentes, já mostram, com certeza, que, em termos de Ecologia, sempre mais vai sendo superada uma consciência ingênua tanto do problema, quanto das soluções. Entretanto, mesmo pressupondo o que foi dito acima, há vários estudiosos, mesmo no contexto do Primeiro Mundo, que avançam mais em termos de análise e de posturas éticas. Esses avanços podem ser enucleados em torno de três itens: a crise ecológica apresenta-se como crise de uma civilização; crise de valores; crise do relacionamento humano.

a) *A crise ecológica é uma crise de civilização.*

Já na primeira parte fizemos ver que há uma consciência sempre mais generalizada de que a crise ecológica não diz respeito apenas às várias formas de poluição. Pouco a pouco foi ficando claro que essa não passa de um sintoma de algo mais abrangente e mais profundo.

Entretanto, esta constatação permite ainda pensar na possibilidade de remendos intra-sistêmicos. Os que percebem a crise ecológica como uma crise de civilização vão mais longe: estamos diante de um fracasso inequívoco das tentativas de a humanidade organizar a sua "casa" na base do "progresso" (63). Isso significa constatar não apenas o fracasso das relações seres humanos-criação, mas o fracasso dos sistemas econômicos, políticos e sociais vigentes até agora. Já não é possível sustentar qualquer tipo de antropocentrismo exacerbado, nem suportar a ditadura dos interesses econômicos, nem a ditadura de uma política elitista (64).

b) *A crise ecológica é uma crise de valores*

Com razão se coloca, por vezes, a crise ecológica em termos de cultura (65). Uma cultura traduz todo um modo de pensar e de ser: são valores, práticas, tradições, símbolos, hábitos, que foram se impondo em nome do progresso, e que agora se revelam como anti-valores. Ora, é exatamente isto que se evidencia como um dos cerne da questão eco-

lógica: é igualmente a falência de uma cultura, mormente a que predomina no mundo construído pela técnica. A técnica, assim como concebida e utilizada, não é neutra: ela arrasta consigo uma mentalidade extrativista, perdulária, de produção e consumo sem limites, de prepotência (66).

O desmascaramento dos "valores" gerados pelo tipo de civilização acima descrito, faz emergir uma série de outras posturas, mais consoantes com a tarefa dos seres humanos na organização de sua "casa". Se a humanidade quiser colocar ordem na sua "casa" é preciso que passe das preocupações quantitativas, para as qualitativas; da competitividade para a complementariedade; da política de mando para a política participativa; da rivalidade, para a colaboração (67). E isto pressupõe que se perceba que as preocupações ecológicas apontam diretamente para novas relações humanas.

### **3) A crise ecológica aponta para novas relações humanas**

Já várias vezes acenamos para as dimensões políticas dos problemas ecológicos. A primeira vista os problemas ecológicos denunciam apenas a exploração indevida dos recursos da terra. Mas de fato, os mesmos povos e os mesmos grupos que se julgam donos da terra, se julgam igualmente donos dos mais fracos. Quem submete a Criação aos seus interesses egoístas, não deixará de submeter igualmente aqueles que deveriam ser seus irmãos. Os grandes impérios sempre se construíram

na base da exploração dos recursos da terra e do trabalho dos outros. A raiz de ambas as explorações é sempre a mesma: a prepotência de quem ignora sua condição criatural, para instaurar-se como "Senhor", das coisas e dos outros. Prepotência econômica e prepotência política são indissociáveis. Não é por nada que São Francisco, patrono da Ecologia, não se considera apenas irmão de todas as pessoas, mas também de todas as coisas: uma fraternidade não é possível sem a outra.

Por aí já se vê que o sonho de uma nova sociedade passa pelo sonho de uma nova terra.

## CONCLUSÃO

Propositadamente, na primeira parte, evitamos um confronto excludente entre compreensão do Primeiro e do Terceiro Mundo. Preferimos apenas distinguir. Pois, efetivamente, a Teologia da Libertação partilha, em grandes linhas, dos balizamentos apontados há pouco. Embora originários de pensadores do Primeiro Mundo, eles evidenciam os mesmos pontos cruciais. Os problemas ecológicos traduzem a doença de uma civilização, em seus aspectos éticos, econômicos, sociais e políticos. Mas no fundo, transparecem ainda ao menos resquícios do seu *lugar social*, ou seja, do mundo do bem-estar.

Um enfoque a partir da Teologia da Libertação, como já vimos precedentemente, vê toda a questão a partir das multidões dos empobrecidos (68). E isto levanta algumas perguntas perturbadoras: que civiliza-

ção? que valores? que economia? que sociedade? que política? São questões complexas, que remetem para o todo da Teologia da Libertação. Por isso nem tentamos responder às questões isoladamente, mas apenas oferecer uma chave de leitura que abarca todo o conjunto.

Partir da ótica dos empobrecidos revoluciona completamente tanto a reflexão quanto a práxis. Como expressa muito bem um ecoteólogo, trata-se de apostar na utopia: "Não é nenhum exagero dizer que o panorama ambiental pode conduzir a um beco sem saída. Se prosseguimos no caminho da nossa fetichização do crescimento econômico como meta da sociedade, e ganhar dinheiro como o grande objetivo da nossa existência, poderemos falar de uma auto-destruição da humanidade... Hoje temos que escolher entre a morte e a vida, entre a destruição e a utopia de uma nova terra, contra o que existe e a favor do que deveria existir. Apostamos na criação de um novo modo de relações, numa nova qualidade de vida, numa nova relação entre os seres humanos e o ambiente natural, e entre os próprios seres humanos" (67).

Fazer tal afirmação pressupõe ousar o nunca ousado. Significa aderir aos planos de Deus, não dos homens; à Vida, não à morte; ao ser, não ao ter; ao trabalho, não ao capital; ao necessário, não ao supérfluo; ao natural, não ao artificial; às micro, não às macro-estruturas. Mas isso só será possível na medida em que os empobrecidos forem ganhando vez e voz, tanto no levantamento das questões, quanto na

busca de soluções. Infelizmente, "o logos científico está anulando o logos filosófico, teológico e estético" (70). E deveríamos acrescentar: o LOGOS, simplesmente. A crise ecológica só será superada quando esse

LOGOS for tudo em todas as coisas. Mas, certamente ela poderá ser minorada já quando se abrir mais espaço para os pequeninos, aos quais, somente, se revela a Sabedoria de Deus.

## NOTAS

(1) Cfr. TEUTSCH, G. M., *Lexikon der Umweltethik*, Vandenhoeck-Ruprecht, Patmos, Göttingen e Düsseldorf, 1985. (2) Cfr. DORST, J., *Avant que la Nature meure*, Neuchâtel, 1965; trad. portuguesa: *Antes que a natureza morra*. E. Blucher, São Paulo, 1973; White, L., *The historical roots of our ecological crisis*, *Science*, 155(1967), 1203-1207. (3) Cfr. MONCRIEF, L. W., *The cultural basis for our environmental crisis*, *Science*, 170(1970), 508-512; DAJOS, R., *Précis d'écologie*, Dunod, 2ª ed., Paris, 1971; trad. portuguesa, Ed. Vozes, 1983; OVERHAGE, P., *Ecologia humana. A tragédia da poluição*, Ed. Vozes, Petrópolis, 1971; TAYLOR, G., *La società suicida. Requiem per un pianeta infetto?*, Mondadori, 1971; NICHOLSON, M., *La rivoluzione ambientale*, Garzanti, 1971; BONE, E., *Four une "théologie" de l'environnement*, *REV. TH. Louvain*, 2 (1971), 141-165; MALDONADO, T., *Environment et idéologie. Vers une écologie critique*, Paris, 1972; WARD, B. e R. DUBOS, *Uma terra somente. A preservação de um pequeno planeta*, Ed. Univ. de São Paulo, Melhoramentos, São Paulo, 1973; SACHS, I., *Problema, tecnologia, recursos naturales y medio ambiente*, *Bol. Econ. América Latina*, 18 (1973), 117-129; APPEDINO, F., "Ecologia", in *Dizionario Enciclopedico di Teologia Morale*, Ed. Paoline, 1ª ed., Roma, 1973; 4ª ed. 1976, 309-327. (4) Cfr. DERR, TH.S., *Ecologie et libération humaine*, Labor et Fides, Genève, 1974; ALTANER, G., *Schöpfung am Abgrund. Die Theologie vor der Umweltfrage*, Neukirchen-Vluyn, 1977; JORANSON, PH. AND BUTTIGAN, KEN (Editores), *Cry of the environment. Rebuilding the Christian Creation Tradition*, Bear & Company,

Santa Fé, NM, 1984. (5) Cfr. BOFF, L., *La espiritualidad franciscana frente al desafío del desequilibrio ecológico*, *Vida Espiritual*, 1976, 50-61; GLIGO, N. & MORELLO, J., *Notas sobre la historia ecológica de la América Latina*, *Estilos de desarrollo y medio ambiente en la América Latina*, Fondo Cultura Económica, *Lecturas* 36, vol. I, (1980), 129-157; Mansilla, M. C. F., *Metas de desarrollo y problemas ecológicos em América Latina*, *Cuadernos Sociedad Venezolana Planificación*, 150-152 (1981, 1-183; MOSER, A., *O problema ecológico e suas implicações éticas*, Vozes, Petrópolis, 1983; GUERRA, T., *Ecología y política en América Latina*, Cedal, Costa Rica, 1984; SACHS, I., *Ecodesenvolvimento. Crescer sem destruir*, Vértice, São Paulo, 1986; GUDYNAS, E., *Ensayo de conceptualización de la ecología social: una vision Latinoamericana*, *Cuadernos Latinoamericanos Ecología Social*, 1, Montevideo, 1988, 3-17; A.A.V.V., *Cultura, Ética y Religión frente al desafío ecológico*, *Cuadernos de Peregrino* 1, CIPFE, Montevideo, 1989. (6) Cfr. MOSER, A., *O problema ecológico*, *op. cit.*, 46 s. (7) Cfr. BANDEIRA, R., *Poluição. A doença da terra*, Vozes, Petrópolis, 1977; OVERHAGE, P., *Ecologia humana. A tragédia da poluição*, *op. cit.* (8) Cfr. ANTUNES, C., *Uma aldeia em perigo. Os grandes problemas geográficos do século 20*, Vozes, Petrópolis, 1977; LEBRETON, PH., *La nature en crise. Sang de Terre*, Paris, 1988; DREWERMANN, E., *Der tödliche Fortschritt von der Zerstörung der Erde und des Menschen im Erbe des Christentums*, Friedrich Purstet, Regensburg 1986. (9) Cfr. MORAN, E. F., *A Ecologia humana das populações da Amazônia*, Vozes, Petrópo-

lis, 1990, 78-79. (10) Cfr. REGIDOR, J.R., Justicia social y justicia ecologica, in A.A.V.V., **CULTURA, ETICA Y RELIGION...**, op. cit., 104. (11) Cfr. KOYRE, A., **Dal mondo chuso, a:l'universo infinito**, Feltrinelli, Milano, 1970. (12) Cfr. TAMARES, R., **Ecologia y desarrollo. La polémica sobre ilos limite al crecimiento**, 2ª ed., Madrid, 1977; MITT, **I Limiti dello sviluppo**, Mondatori, Milano, 1972; COMMONER. (13) Cfr. LANGER, A., Questione ambiente. Una politica dell'ambientalista, **Riv. di Teol. Mor.**, 85(1990), 21s. (14) Cfr. DERR, TH. S., op. cit., 193. (15) Cfr. DERR, TH. S., op. cit., 171 s. (16) Cfr. RIZZI, A. "Oikos". La teologia di fronte al problema ecologico, II, **Rassegna di teologia**, 2, março abril, 1989, 145. (17) Cfr. CARBIENER, R., Écologie, science de l'économie de la Nature et ses implications, in **La Nature a-t-elle un sens? Civilisation technologique et Conscience chrétienne devant l'inquiétude écologique**, CERIT, Association des publications près les Universités de Strasbourg, 1980, 93, onde o autor mostra a ingenuidade científica que se esconde por trás de termos como esses: "a técnica", "o progresso", "a ciência", "o homem moderno". (18) Cfr. RIZZI, A., op. cit., 148s. (19) Cfr. BILGER, F., Le choix économique, in **La Nature a-t-elle un sens?...**, op. cit., 164. Na página 165 o mesmo autor refuta a seguinte frase de um economista anônimo: "O problema da poluição e do meio ambiente não é mais do que uma simples questão de se corrigir um leve desvio do encaminhamento dos recursos...". (20) Cfr. WHITE, L., The historical Roots..., op. cit. (21) Cfr. RIZZI, A., op. cit., 29. (22) Cfr. AUER, A., **Umwelt Ethik. Ein Theologischer Beitrag zur ökologischen Diskussion**, Patmos, Düsseldorf, 1985, 203 ss; DAECKE, SE., Anthropozentrik oder Eigenwert der Natur, in **Ökologische Theologie. Perspektiven zur Orientierung**, Kreuz, Stuttgart, 1989, 277 s. (23) Cfr. MAYER, K. M., **Aufstand für die Natur. Von der Umwelt zur Mitwelt**, Hanser, 1990. (24) Cfr. DERR, TH. S., op. cit., 196. (25) Id., *ibid.*, 189. (26) Cfr. GUDYNAS, **Etica, ambiente y desarrollo en América Latina**, CIPFE, Montevideo, 1989, 39. (27) Cfr.

MINC, C., **Como fazer movimento ecológico e defender a Natureza e as liberdades**, Vozes/IBASE, Petrópolis, 1985, 20 s; LIMA, M. J. A., **Ecologia humana. Realidade e Pesquisa**, Vozes, Petrópolis, 1990, 39 s; HEDSTRÖM, **Somos parte de un gran equilibrio**, Dei, S. José de Costa Rica, 1985, 88. (28) DERR, TH. S., op. cit., 192. (29) Cfr. GUDYNAS, op. cit. (30) Cfr. REGIDOR, J. R., op. cit., 108. (31) Cfr. ENGEL, Ecology and social justice: the search for a public environmental ethics, in **Introduction to religious social ethics** (W. Coperland & R. Hatch, eds.), Mercer Univ. Press, Ehrlich, P.R., 1986. (32) Cfr. MARTINS, J. P. S., **Ecologia ou Morte. Os cristãos e o meio ambiente**, FDT, 1987. (33) Cfr. GUDYNAS, **ETICA...**, op. cit., 38. (34) Cfr. BERTHOUSOZ, R., Environnement, Création, Éthique, in **Le Supplement**, n. 169, jun. 1989, 59. (35) GUTIERREZ, G., **Hablar de Dios desde el sufrimiento del inocente**, CEP, Lima, 1987, 164. (36) Cfr. REGIDOR, J. R., Justicia social y justicia ecológica, in **Cultura, ética y religión**, op. cit., 101 s. (37) Cfr. PEIXOTO, J. Hno., La opción por los pobres en la opción por la vida, in **Cultura, ética y religión**, op. cit., 53-62. (38) Cfr. SUESS, P., Alteridade — integração — resistência. Apontamento sobre libertação e a causa indígena, **REB**, 45, setembro 1985, 501-502. (39) Cfr. **Octogésima Adveniens**, n. 40. (40) Cfr. GANOSCY, A., **Théologie de la nature**, Desclée, Paris 1988; SIEGWALT, G., La doctrine biblique dans la Création, in **La Nature a-t-elle un sens? Civilisation technologique et Conscience chrétienne devant l'inquiétude écologique**, CERIT, Association des Publications près les Universités de Strassbourg, 1980, 27-33; Landessynode der Evang.-Luth Kirche in Bayern, **Bewahrung der Schöpfung**, Claudins Verlag, 1989; DERR, TH. S., op. cit., 49 s. (41) DERR, TH. S., op. cit., 54 s. (42) Cfr. BERTHOUSOZ, R., op. cit., 59. (43) Id., *ibid.*, 60; PUCHER, P.K., La cultura y los valores: crises ecologica, crisis de valores?, in **Cultura, ética y religión**, op. cit., 73-91, sobretudo, 81. (44) Cfr. PELT, J. M., Conflits et solidarités dans la nature et la société, **Le Supplement**, 169 (junho 1989), 15-27;

RIZZI, A., *op. cit.*, 148 s. (45) SCHMITZ, PH., *Ist die Schöpfung noch zu retten? Umweltkrise und Christliche Verantwortung*, Echter, Würzburg, 1985, 150-169. (46) Cfr. *Sollicitudo Rei Socialis*, 36. (47) *Id.*, *ibid.* (48) Cfr. MOSER, A., *Peccado social em chave latino-americana, Temas Latino-Americanos de Ética*, Teologia Moral 3, Ed. Santuário, Aparecida 1988, 79-89. (49) Cfr. *Populorum Progressio*, 26. (50) Cfr. MOSER, A., *O problema ecológico ...*, *op. cit.*, 42 s. (51) Cfr. MEYER, K. M.-ABICH, *Aufstand für die Natur ...*, *op. cit.*, 11-34. (52) Cfr. MOSER, A., *O problema ecológico ...*, *op. cit.*, 66. (53) *Id. ibid.*, 72. (54) Cfr. SIEGWALT, G., *La crise écologique, un défi pour la pensée, pour la foi e pour la praxis*, in *Le Supplement*, n. 169 (junho 1989), 88-99; KERBER, G., *Pensamiento ecológico y liberación latino-americana*, in *Cultura, etica y religion ...*, *op. cit.*, 22. (55) Cfr. SIEGWALT, G., *La crise écologique ...*, *ut supra.* (56) Cfr.

BERTHOUSOZ, R., *op. cit.*, 75 ss. (57) MERINO, J. A., *Humanismo franciscano y Ecologia*, in *Cultura, Etica y Religion ...*, *op. cit.*, 47. (58) Cfr. PEIXOTO, Hno. J., *op. cit.*, 59. (59) Cfr. GOLSER, K., *Questione ambiente. Tesi per un'etica dell'ambiente*, in *Riv. di Teol. Morale*, n. 85 (jan.-março 1990, 11-20). (60) Cfr. MERINO, J. A., *op. cit.*, 50-51; KISS, A. CH. E VEGERIS, E., *Ecologie et éthique. Pour une nouvelle échelle de valeurs*, in *La Nature a-t-elle un sens?*, *op. cit.*, 172 s. (61) Cfr. DERR, TH. S., *op. cit.*, 61 s; 73 s. (62) Cfr. BERTHOUSOZ, R., *op. cit.*, 75 ss. (63) Cfr. KISS, A. CH. E VEGERIS, E., *op. cit.*, 171. (64) *Id.*, *ibid.*, 172. (65) Cfr. PUCHER, P. K., *op. cit.*, 77-91. (66) Cfr. MOSER, A., *O problema ecológico ...*, *op. cit.*, 70. (67) Cfr. KISS, A. CH. E VEGERIS, E., *op. cit.*, 173-174. (68) Cfr. PEIXOTO, Hno. J., *La opcion por los pobres ...*, *op. cit.*, 53-62. (69) HEDSTRÖM, I., *Somos parte ...*, *op. cit.*, 106. (70) MERINO, J. A., *op. cit.*, 33. □

---

### Fundamental mas esquecido

Modernidade, entre outras coisas, também significa não aceitar passivamente a 'tradição'. A pessoa quer submeter à prova de sua experiência e de sua razão os valores e as práticas da vida. Pertence ao espírito de nosso tempo este desejo de vivência da novidade, do diferente, da surpresa, resultado da *experimentação*. Este dado pode ter ressonância na ação pastoral. Nela há demasiado formalismo e ritualismo. Será preciso dar um *espaço REAL* à experiência de cada um. Há muita ação pastoral sem *adesão pessoal* a Jesus Cristo. Propugna-se, com insistência, uma Nova Evangelização, aqui, talvez, re-evangelização. A primeira mensagem não foi assimilada vitalmente. Ficou diluída, em termos de vida. O anúncio de Jesus, mensagem fundante de toda ação pastoral na Igreja, deve provocar uma experiência na pessoa convertida. Toda experiência verdadeira se enquadra no cotidiano da vida, na história do homem. Esta experiência religiosa possui potencialidades espirituais tanto para a pessoa quanto para a pastoral. Carrega também fragilidades como tudo o que é humano. Mas é um aspecto fundamental e esquecido (Pe. Marcos de Lima, SDB).



Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4.º andar / Cinelândia / Tel.: (021) 240-7299  
20031 Rio de Janeiro, RJ

Prezado Assinante:

Rio de Janeiro, RJ  
1 de março de 1992

Certamente, Você já ouviu falar em **virada antropológica**: a centralidade do homem no cosmo e na história. Bonito, complexo, imprevisível nos resultados finais. Uma mudança de eixo planetária. O HOMEM, isto é, o humano, mulher e homem, tem o **primado**. É o CENTRO porque possui tesouros muito preciosos: inteligência, liberdade, autonomia, autodeterminação, criatividade, amor, audácia, curiosidade, ânsia pela aventura... Um paradigma de potencial inesgotável, de qualidades esplêndidas, embora corroídas por intenções e forças ocultas, solicitadas centrifugamente por múltiplas miragens, os traços fortes da cultura moderna e também seus pecados capitais. Entre outros:

— Embriaguez pelo efêmero, relativismo absoluto, individualismo extremado, auto-suficiência (por si supera seus limites e conflitos), ganância, consumismo compulsivo, busca sôfrega do supérfluo, do lúdico, do fútil, do postiço. Padrões de vida do secularismo e do laicismo. Pan-hedonismo (em tudo a busca possessiva da gratificação egoísta), carência de mística, indecisão, desorientação, imediatismo (fruição prazerosa do momento), vontade de domínio e poderio. Esquecimento da transcendência, do senso comunitário, do espírito de serviço, da fraternidade, da convivência... Perverso e pervertido estado de coisas que comporta ilações tortuosas que afetam, condicionam e configuram desfigurando a pessoa humana.

Diante de males tão virulentos, uma boa profilaxia recomenda a FÉ. Só se anda tendo rumo. Quando não se sabe para onde se deve ir, qualquer caminho serve. Chega-se a qualquer parte ou a parte alguma. Faz-se refém de idéias enlouquecidas ou de interesses subalternos. Mas — experiência desconcertante — o mundo avança e se transforma tão depressa que países, instituições e pessoas vão ficando para trás. Não é possível atrasar a história. O tempo é inexorável.

Esta **virada antropológica**, tão fascinante, sem JESUS CRISTO é um jogo arriscado e perigoso, uma falência certa, com hora marcada. Sem o apelo a DEUS, a vida é um naufrágio. Na falta da bússula, vive-se perplexo, à deriva. Sem um referencial fundamental, no coração é noite. Reinar trevas, angústia, desespero. Quando abandona o mistério de DEUS, o homem inventa festas e liturgias que o mergulham em seu próprio mistério. CRISTO, porém, eis o ponto nevrálgico, a chave do mistério, é a órbita segura para o homem. Ele, o verdadeiro Homem novo que tudo sabe do homem velho.

Só a FÉ em Cristo habilita a ver, a olhó nu, todas as manobras subjacentes à **virada antropológica** e manifestar firme discordância na voz e na vida. Só a FÉ faz germinar no frágil chão das realidades do homem, submetido a mudanças tão aceleradas e de reversão altamente improvável, as expressões reveladoras de sua natureza mais profunda, do sentido mais pleno de sua existência. O homem, ultrapassando infinitamente a si mesmo, não se contenta com menos do que Deus.

Urge, pois, incluir a FÉ na vida. FÉ lúcida que descobre em Cristo a vida nova para o homem. FÉ que traduz em espiritualidade o COTIDIANO, ou seja, uma percepção e interpretação do atuar prático e da sabedoria existencial, iluminadas pelo Evangelho, para a formação da consciência, a norma última do agir; para a autenticidade do amor: doação sem retorno, doar-se até doer e morrer; para a dimensão da caridade pessoal no sentido de atenção e respeito ao que o outro é — valores e limites — e aos direitos que tem. Encarnação da FÉ no cotidiano para purificá-lo. Introdução do cotidiano purificado na FÉ para redimi-lo.

FÉ que se coloque à margem do que é cotidiano na vida do homem não reflete em plenitude aquilo que a Palavra de Deus contém e revela. Não é a FÉ cristã. A FÉ, porém, contextualizada no tempo e no espaço do homem que vive no mundo atual, desvela a sacramentalidade do seu cotidiano, sua transparência sinalizadora de algo mais e mais além. Perspectiva sem fronteira.

**QUARESMA!** Tempo de aprofundamento e ampliação da FÉ. Tempo de conversão pessoal: contínua e crescente atitude de purificação pelo poder e pela bondade de Deus. Agudo sentido do pecado tão estranho à **mentalidade antropocêntrica**. Reforma da consciência individual e coletiva. Renovação na mente e no coração do compromisso cristão de ser santo.

**DEUS**, de quem todo **DOM** perfeito provém, o abençoe e guarde são e salvo; volte para Você o seu rosto de olhar sereno e lhe conceda a **PAZ** que é serenidade e coragem. **MARIA**, Mãe de Deus e nossa, também, intervenha por nós. Amém. Com estima e afeto no Senhor,

atenciosamente

PE. MARCOS DE LIMA, SDB

Redator Responsável/Comunicação